

pelas águas do **PARAÍBA**

www.ceivap.org.br

ISSN 2175-2222

CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO
DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARAÍBA DO SUL
SP | RJ | MG

Ano V • Edição Nº 7 • Dezembro de 2011

■ **CEIVAP
aprova R\$ 26
milhões em
investimentos**

■ **Comitê
destina R\$ 6,7
milhões para
Demandas
Induzidas**

**CBH
POMBA E
MURIAÉ**

**CBH
PRETO E
PARAIBUNA**

**CBH
PIABANHA**

**CBH
RIO DOIS
RIOS**

**CBH
BAIXO
PARAÍBA
DO SUL**

**CBH
MÉDIO
PARAÍBA
DO SUL**

**CBH
PARAÍBA
DO SUL**

Gestão Participativa

**TDR do novo PRH foi apresentado e
debatido em todos os Comitês Afluentes**

**CEIVAP 2011-2013:
colegiado tem
nova composição**

**O caminho da
gestão das águas
do Paraíba do Sul**

O USO CONSCIENTE DA ÁGUA É UM DEVER DE CADA UM DE NÓS

97,5% de toda a água do Planeta é salgada e está em mares e oceanos. Os outros 2,5% estão assim distribuídos: 1,72% da água doce está congelada nos polos; 0,77% concentrada em áreas subterrâneas e menos de 0,01% é de água boa para ser usada, sendo que somente 0,007% é de fácil acesso. Use com consciência!





sumário

dezembro/2011

6 ceivap **gestão 2011-2013**

comitê tem nova composição: colegiado é formado por 60 representantes dos três estados da bacia hidrográfica

11 ceivap **15 anos**

o caminho da gestão das águas do paraíba do sul

19 deliberação **ceivap**

comitê aprova investimentos de R\$ 26 milhões: recursos contemplam 45 ações em toda a bacia

23 entrevista **especial**

adriano magalhães, secretário de meio ambiente e desenvolvimento sustentável de minas gerais

26 ações **ceivap**

demandas induzidas: comitê destinou R\$ 6,7 milhões para a execução de nove propostas aprovadas

30 plano **de bacia**

gestão participativa: tdr do novo prh foi debatido em todos os comitês afluentes

42 gestão **agevap**

conselho de administração tem novos conselheiros

16 **serpasul 2011** evento reuniu especialistas em são josé dos campos

38 **cobrança** aperfeiçoamento da metodologia está em pauta no ceivap

40 **artigo** andré luis de paula marques, assessor de planejamento estratégico da prefeitura municipal de guaratinguetá

43 **auditorias** promovem a transparência do processo de gestão

45 **projeto piabanha** educação ambiental na bacia do rio paraíba do sul



Nº 7 (ISSN 2175-2222), ANO V, DEZ 2011

Publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Estrada Resende-Riachuelo,
nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@agevap.org.br

Presidente

Edson Giriboni
Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo – SSRH/SP

Vice-Presidente

Marília Carvalho de Melo
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais / Instituto Mineiro de Gestão das Águas – SEMAD/IGAM-MG

Secretário

Alexandre Nascimento da Silveira
Light S.A. – RJ

Coordenação Técnica

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

CNPJ: 05.422.000/0001-01

Estrada Resende-Riachuelo,
nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração

Friedrich Wilhelm Herms

Presidente do Conselho Fiscal

Oswaldo de Carvalho Ramos

Diretor-Executivo

Edson Guaracy Lima Fujita

Coordenador de Gestão

Hendrik Lucchesi Mansur

Coordenador Técnico

Flávio Simões

Produção Gráfica / Editorial

Diagramação, Arte Final
Reportagens, Redação, Edição e Revisão
Assessoria de Comunicação da AGEVAP
TextoArte Comunicação – Rua Dr. Oliveira Braga,
nº 405 – Centro – Aparecida (SP)
CEP: 12570-000 – Tel: (12) 3631-4961
textoarte@textoarte.com

Editora

Mônica da Costa (MTb 24.122)

Jornalista Responsável

Teresa Barbosa (MTb 16.973)

Fiscalização e Acompanhamento

Hendrik Lucchesi Mansur
Luís Felipe Martins Tavares Cunha

Fotografias

TextoArte Comunicação e Arquivos CEIVAP/AGEVAP

Impressão

Resolução Gráfica – Tel: (12) 2125-1700

Tiragem

5.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

carta ao leitor



tdr do novo plano de bacia Diretoria do CEIVAP reúne-se com representantes dos Comitês Afluentes e do CBH-Guandu para discutir integração de ações

Gestão Participativa

No final do ano passado, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) decidiu incluir no orçamento de 2011 a revisão e o aperfeiçoamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PRH), documento que deve ser elaborado ou atualizado a cada quatro anos. Principal instrumento de planejamento para a gestão integrada dos recursos hídricos, o PRH tem como propósito o levantamento e a avaliação das restrições e das potencialidades dos recursos hídricos, bem como propor um conjunto de ações e metas de curto, médio e longo prazo visando à conservação, proteção e recuperação das águas.

Por sua extrema importância, a revisão do Plano de Bacia ganhou destaque no âmbito do Sistema CEIVAP/AGEVAP, o que incluiu ampliar a discussão sobre a sua concepção – algo até então inédito. Assim, contando com a participação efetiva dos Comitês Afluentes na elaboração do Termo de Referência de orientação das atividades a serem executadas, diversas reuniões e oficinas foram promovidas em toda a bacia hidrográfica, iniciativa considerada um verdadeiro avanço em busca da construção de um pacto de integração.

Nesta edição, a Revista do CEIVAP faz um balanço das atividades realizadas, as etapas para a construção do Plano de Bacia e os principais anseios e preocupações dos Comitês Afluentes. Também apresenta a nova composição do colegiado para o biênio 2011-2013, o caminho da gestão das águas em 15 anos de atuação do CEIVAP e os investimentos de R\$ 26 milhões dos editais lançados em 2011 e que contemplam 45 ações (estruturais e estruturantes).

Outros assuntos em pauta: o aperfeiçoamento da metodologia da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul; contratações de estudos ou termos de referência relativos às demandas induzidas apresentadas e aprovadas pelo CEIVAP; a eleição e posse do novo Conselho de Administração da AGEVAP; e o projeto de Educação Ambiental “Aprendendo a preservar o Domínio das Ilhas Fluviais do Curso Médio Inferior Rio Paraíba do Sul”. Além da entrevista com o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Adriano Magalhães Chaves.

Boa Leitura!

CEIVAP tem nova composição

**Colegiado é formado
por 60 representantes
dos três Estados da
bacia hidrográfica**

Cerimônia de
posse ocorreu no
dia 24 de maio, em
Resende (RJ)



MÔNICA DA COSTA/TEXTOPARTE

A cada dois anos o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) renova seus membros e diretoria por meio de eleição. Para o biênio 2011-2013 a recomposição aconteceu no dia 24 de maio, quando tomaram posse os novos integrantes. A cerimônia foi realizada durante a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê, promovida em Resende (RJ), oportunidade em que também foram comemorados os 15 anos de instalação do CEIVAP.

Foram empossados os 60 membros (titulares e suplentes), sendo 23 representantes do poder público (federal, estaduais e municipais), 13 da sociedade civil organizada e 24 dos usuários de recursos hídricos (veja quem são os novos integrantes no quadro publicado ao lado). Cento e cinquenta pessoas, entre autoridades, técnicos e ambientalistas, estiveram presentes no encontro.

Na ocasião, a então Presidente do CEIVAP, Marilene Ramos (Presidente do Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ), apresentou as principais realizações do Comitê em sua gestão. Ela destacou que no período foram realizadas 11 reuniões plenárias, 19 reuniões de Câmara Técnica e 21 reuniões de Grupos de Trabalho. “Em dois anos produzimos 44 deliberações, ou seja, nesta bacia não faltou discussão”, ressaltou. Marilene lembrou ainda que 61

ações estruturais/estruturantes foram habilitadas para receberem recursos da cobrança pelo uso da água nesse biênio. “Mais de R\$ 27 milhões foram hierarquizados, beneficiando cerca de 3,5 milhões de habitantes. O Edital 2011, por exemplo, é um recorde na história do CEIVAP, com a disponibilização de R\$ 31,5 milhões para investimentos”.

Em sua despedida, Marilene Ramos aproveitou para prestar agradecimentos aos seus companheiros de diretoria, Breno do Amaral Gurgel (Vice-Presidente), Maria Aparecida Vargas e Cláudio Amaral (Secretários), que muito contribuíram para o sucesso deste trabalho. “Queria também fazer um agradecimento especial à Agência de Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), em nome de sua Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e funcionários, pelo fundamental apoio nessa jornada”, concluiu.

Após a posse dos membros foi eleita a nova diretoria do CEIVAP, cuja composição respeitou o rodízio entre os Estados. Desta maneira, o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Edson Giriboni, assumiu a Presidência. A Vice-Presidência ficou a cargo de Marília Carvalho de Melo, Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) – represen-

Alexandre Silveira, Marília Melo, Breno Gurgel, Marilene Ramos, Cláudio Amaral e Edson Fujita (Diretor-Executivo da AGEVAP) compuseram a mesa de trabalhos ao lado do novo Presidente do CEIVAP, Edson Giriboni. Em seu discurso de posse, ele salientou a importância da integração entre os três Estados para a recuperação ambiental da bacia hidrográfica

tante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), indicada pela Sociedade Civil – e ao Rio de Janeiro coube a Secretaria, ocupada por Alexandre Nascimento da Silveira, Engenheiro da Light S.A.

O novo Presidente do CEIVAP, Edson Giriboni, agradeceu a todos por sua indicação e eleição e ressaltou alguns desafios que deverão ser enfrentados nos próximos anos pelo Comitê. “Assumir a presidência do CEIVAP me deixa muito honrado, pela importância que o rio Paraíba do Sul representa para essa região do País. Portanto, temos uma grande responsabilidade em trabalhar em conjunto para fazer com que este rio volte a ser como na sua origem, vibrante e limpo de poluição. Sabemos que a integração dos três Estados é o grande desafio, mas vamos trabalhar na ampliação dos investimentos em saneamento em toda a bacia, além de buscar soluções para a questão da ocupação irregular às margens do rio”.

60 membros REPRESENTANTES

Três da União e 19 de cada Estado integrante da bacia (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), totalizando 60 representantes assim distribuídos:

- Governo Federal: 3
- Governos Estaduais: 9
- Prefeituras Municipais ou Associações de Municípios: 11
- Usuários de Recursos Hídricos: 24
- Entidades da Sociedade Civil Organizada: 13

DIRETORIA CEIVAP

PRESIDENTE: Edson Giriboni
Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo

VICE-PRESIDENTE: Marília Carvalho de Melo
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

SECRETÁRIO: Alexandre Nascimento da Silveira
Light S.A.

Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Recursos Hídricos

Titular: Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Suplente: Ana Cristina Mascarenhas

Titular: Vago
Suplente: Vago

Titular: Vago
Suplente: Vago

UNIÃO

SÃO PAULO

Titular: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Marcos Martinelli

Suplente: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Paulo Henrique Salgado de Queiroz

Titular: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) – Fabiano Vanone

Suplente: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) – Maria Judith Marcondes Salgado Schmidt

Titular: Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo (SSRH) – Edson Giriboni

Suplente: Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo (SSRH) – Rogério Menezes de Mello

RIO DE JANEIRO

Titular: Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA) – Luiz Firmino Martins Pereira

Suplente: Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA) – Fátima de Lourdes Casarin

Titular: Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) – Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos

Suplente: Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) – Moema Acselrad Versiani

Titular: Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) – Rosa Maria Formiga Johnsson

Suplente: Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) – Gláucia Freitas Sampaio

MINAS GERAIS

Titular: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) – Ilmar Bastos Santos

Suplente: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) – Evandro Florêncio

Titular: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) – Marília Carvalho de Melo
Suplente: Instituto Estadual de Florestas (IEF) – Fernando Gesualdi Reiff

Titular: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA) – Joaquim Arildo Borges
Suplente: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES) – Maurício de Faria Soares

GOVERNOS ESTADUAIS

Titular: Prefeitura Municipal de Jacareí – Hamilton Ribeiro Mota

Suplente: Prefeitura Municipal de Caçapava – Carlos Antônio Vilela

Titular: Prefeitura Municipal de Canas – Rinaldo Benedito Thimoteo Zanin
Suplente: Prefeitura Municipal de Roseira – Marco de Oliveira Galvão

Titular: Prefeitura Municipal de Guaratinguetá – Antônio Gilberto Filippo Fernandes Júnior
Suplente: Prefeitura Municipal de Aparecida – Antônio Márcio de Siqueira

Titular: Prefeitura Municipal de Resende – Paulo José Fontanezzi

Suplente: Prefeitura Municipal de Volta Redonda – Evandro da Silva Batista

Titular: Prefeitura Municipal de Areal
Suplente: Prefeitura Municipal de Paty do Alferes – Giselle Ferreira Mazzoni

Titular: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto – Lauro Nardoto Conde
Suplente: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Titular: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – Carlos Ronald Macabu Areas

Suplente: Prefeitura Municipal de Natividade – Maria Inês Tederiche Micichelli

Titular: Prefeitura Municipal de Muriaé – Lúcia Helena Francisco Baldanza

Suplente: Prefeitura Municipal de Cataguases – Marcos Antônio de Lima

Titular: Prefeitura Municipal de Piauí – Virgílio Furtado da Costa
Suplente: Prefeitura Municipal de Carangola – Braz Cosenza

Titular: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – Sueli Reis de Souza
Suplente: Prefeitura Municipal de Matias Barbosa – João Bosco Maia da Silva

Titular: Prefeitura Municipal de Além Paraíba – Oberdan Moreira Rocha
Suplente: Prefeitura Municipal de Rio Preto – Marilda Cruz Lima da Silva

MUNICÍPIOS

Titular: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) – Jorge Luiz Monteiro
Suplente: Vago

Titular: CAB Guaratinguetá S.A. – Fernando Torres Pinheiro de Faria
Suplente: Vago

Titular: Vago
Suplente: Vago

Titular: Sindicato Rural de Monteiro Lobato – João Marcelino da Silva
Suplente: Associação Rural do Piauí – Giani Bresolin

Titular: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – Danilo Henrique Vergílio
Suplente: Wirex Cable Solution S.A. – Evandro Moraes de Oliveira

Titular: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP Jacareí) – Nádia Cristina Campos Monteiro
Suplente: Cervejarias Kaiser Brasil S.A. – João Carlos Rodrigues

Titular: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP São José dos Campos) – Maria Inez Capps
Suplente: Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) – Letícia d’Ávila

Titular: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP Taubaté) – Amarildo Sampaio
Suplente: Malteria do Vale S.A. – Hélio Reimann

Titular: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) – Luiz Augusto Carneiro Azevedo
Suplente: Fazenda Soledade – Vicente Bastos Ribeiro

Titular: Associação dos Extratores de Areia do Sul Fluminense (AEASUF) – Walter Souza Portes
Suplente: Carl Zeiss Vision – José Antônio Alves

Titular: Sindicato Fluminense dos Produtores de Açúcar e de Alcool (SINDAAF) – Geraldo Benedicto Hayem Coutinho
Suplente: Vago

Titular: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios (SAEETRI) – Maria Luiza Ferreira da Silva
Suplente: Vago

Titular: Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) – Marcello Barcellos Motta
Suplente: Águas do Paraíba – Giuliano Oliveira Pedrosa

Titular: Light Energia – Alexandre Nascimento da Silveira
Suplente: Furnas Centrais Elétricas S.A. – Sérgio Dias Canella

Titular: Associação Fluminense de Plantadores de Cana (ASFLUCAN) – Zenilson do Amaral Coutinho
Suplente: Associação dos Produtores Rurais da Margem Esquerda do Rio Paraíba do Sul (APROMEPS) – João Gomes de Siqueira

Titular: Itaocara Energia
Suplente: Energisa Nova Friburgo

Titular: Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (CESAMA) – Ricardo Stahlschmidt Pinto Silva
Suplente: Departamento Municipal de Água e Esgoto de Lima Duarte (DEMAE) – Marliane Alves de Almeida

Titular: Departamento Municipal de Saneamento Urbano de Muriaé (DEMSUR) – Isabella Rosa de Affonseca
Suplente: Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais (COPASA)

Titular: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) – Romina de Paiva Torres
Suplente: Indústrias Cataguases de Papel Ltda. – Wagner Henriques da Silva

Titular: Laticínios Cortez Indústria e Comércio Ltda. – Betty Giovannoni Oliveira
Suplente: Coletivos Muriaense Ltda. – Felício Brum Lugão

Titular: Agro-Indústria Reserva das Gerais Ltda. – Cláudio Luis Dias Amaral
Suplente: Vago

Titular: Energisa Soluções S.A. – Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
Suplente: CEMIG Geração e Transmissão S.A. – Rander Abrão Tostes

Titular: Brookfield Geração S.A. – Oswaldo Ramos
Suplente: Energisa Geração

Titular: Consórcio do Rio Muriaé – Antônio José Francisco
Suplente: Consórcio do Rio Pomba

Titular: Fundação Comunitária Educacional de Cataguases (FUNCEC) – Georgina Maria de Faria Mucci
Suplente: Vago

Titular: Fundação FAFIE de Carangola (Faculdade Vale do Carangola) – Evandro Klen Panquestor
Suplente: Fundação de Desenvolvimento Regional (FUNDER) – Luiz Alberto Rodrigues Ribeiro

Titular: Biologia da Conservação – Educação e Projetos Ambientais (BIOCEP) – Tatiana Menezes Teixeira
Suplente: Vago

Titular: Instituto Ambiental Vale do Rio Preto (IAVARP) – João Emídio Lima da Silva
Suplente: Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental (CECO) – Cristiano Viana

Titular: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/SP) – Luiz Roberto Barretti
Suplente: Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) – Maria Regina de Aquino Silva

Titular: Universidade do Estado de São Paulo (USP) / Escola de Engenharia de Lorena – Teresa Cristina Brazil de Paiva
Suplente: Universidade de Taubaté (UNITAU) – Marcelo dos Santos Targa

Titular: Fundação Christiano Rosa – Ana Maria de Gouvêa
Suplente: Sociedade Amigos da Pedra da Mina (SOAPEDRA) – Rutnei Morato Érica

Titular: Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente – Adriana de Azevedo Prestes
Suplente: UNVALE

Titular: Instituto Águas do Prata (IAP) – Carlos Cabral
Suplente: Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV) – Nelson Pesciotta

Titular: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/RJ) – José Alfredo Charneux Sertã
Suplente: Conselho Regional de Biologia - 2ª Região (CRBio 2) – Fátima Cristina Inácio de Araújo

Titular: Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) – Elias Fernandes de Sousa
Suplente: Universidade Católica de Petrópolis – Rafaela dos Santos Facchetti

Titular: Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente (Instituto Ipanema) – Jaime Bastos Neto
Suplente: O Nosso Vale! A Nossa Vida – Vera Lúcia Teixeira

Titular: Instituto Rio Carioca – Roberto Machado de Oliveira
Suplente: Novamosanta – Yara Valverde

O caminho da gestão das águas do Paraíba do Sul

Por estar numa rota de importante desenvolvimento, o rio sempre esteve em destaque no cenário nacional

Rio Paraíba do Sul em Tremembé (SP)



TERESA BARBOSA/TEXTORITE

Délio César Leal, Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (ao centro), presidiu a primeira reunião do CEIVAP, realizada no dia 28 de janeiro de 1998, na cidade de Resende (RJ). Nesse encontro foram criadas duas Câmaras Técnicas: Institucional e de Planejamento e Investimento

O Rio Paraíba do Sul é um dos principais rios da Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste. Distribuída pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e o litoral do Paraná, é a região mais populosa do país, com o maior pólo econômico e industrial e de relevante importância no cenário econômico nacional. Essas características envolvem uma grande demanda de água (10% do total nacional), sendo 41% para a área urbana e 15% para a área industrial.

O Paraíba do Sul nasce em Paraitinga (SP), da confluência dos rios Paraitinga e Paraitinga, e percorre um longo curso de 1.150 km indo desaguar no oceano atlântico, na praia de Atafona, em São João da Barra (RJ). Sua bacia hidrográfica, com área de drenagem total de 62.074 Km², abrange 184 municípios, sendo 39 no Estado de São

Paulo, 57 no Rio de Janeiro e 88 em Minas Gerais.

Por estar numa rota de importante desenvolvimento econômico, o rio Paraíba do Sul sempre esteve em destaque no cenário nacional e foi tema de estudos e de decisões governamentais, tanto em nível federal como estadual. No início do século XX a integração dos vários usos da água no trecho paulista já era uma preocupação do governo que criou, em 1939, o Serviço de Melhoramentos do Vale do Paraíba, subordinado à antiga Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Naquela época, o objetivo era promover o reerguimento econômico da região, após o declínio da cultura do café.

Em 1950, com a criação do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) foi instituído o Serviço do Vale do Paraíba – que tinha como objetivo maior promover o desenvolvimento regional. Foi nessa

época que surgiram os estudos para a construção de barragens reguladoras do Alto Paraíba, recuperação de terras por estas beneficiadas e saneamento das águas. Nesse período, também aconteceram as primeiras experiências brasileiras no tratamento de esgotos por meio de lagoas de estabilização.

Dezoito anos mais tarde, o Governo Federal criou a Comissão do Vale do Paraíba do Sul (COVAP), através do Decreto nº 63.794, de 12 de dezembro de 1968, que tinha o objetivo de promover a utilização racional e integrada dos recursos hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Eram atribuições da COVAP: a) disciplinar o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, visando à adequada integração dos diversos programas relacionados com o referido aproveitamento; b) incentivar a proteção dos recursos hídricos e a defesa contra

Diretorias CEIVAP 1996-2011

1996-1999

Presidente: Délio César Leal (Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro)

Presidente-Substituto: José Carlos de Carvalho (Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais)

Secretário: Joaquim Rodrigues dos Santos (Associação Brasileira de Recursos Hídricos ABRH/SP)

1999-2001

Presidente: André Correa (Deputado Estadual e Secretário de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro)

Vice-Presidente: Tilden Santiago (Deputado Estadual e Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais)

Secretário: Edilson de Paula Andrade (DAEE/Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo)

2001-2002

Presidente: André Correa (Deputado Estadual e Secretário de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro)

Vice-Presidente: Manoel Otoni Neiva (Federação das Indústrias de Minas Gerais)

Secretário: Edilson de Paula Andrade (DAEE/Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo)

2002-2003

Presidente: André Correa (Deputado Estadual e Secretário de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro)

Presidente: Eduardo Meohas (Prefeito de Resende)

Vice-Presidente: Manoel Otoni Neiva (Federação das Indústrias de Minas Gerais)

Secretário: Edilson de Paula Andrade (DAEE/Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo)

2003-2005

Presidente: Eduardo Meohas (Prefeito de Resende/RJ)

Vice-Presidente: Antônio Francisco Evangelista de Souza (Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo)

Secretário: Fídias Miranda (Federação das Indústrias de Minas Gerais)

enchentes, bem como outros programas relacionados com o controle do escoamento da água na bacia; c) orientar as atividades de órgãos públicos e privados atuantes na área, visando à compatibilização de programas e projetos que objetivem o aproveitamento e a proteção de seus recursos hídricos; d) realizar pesquisas e elaborar programas com vistas ao aproveitamento racional desses recursos hídricos; e) promover a elaboração de projetos integrados para o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos da bacia, tendo em vista o desenvolvimento harmônico da área; f) colaborar com programas de assistência técnica destinados ao aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul; e g) exercer outras atribuições necessárias à consecução do seu objetivo.

O decreto também delegava à COVAP a elaboração de um Plano Diretor para o uso integrado dos recursos hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, o qual seria submetido à apreciação do Presidente da República. Para sua constituição foi indicado um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral (Coordenador dos trabalhos); Interior (Secretário-Executivo); Minas e Energia; Agricultura e Transportes, Estado da Guanabara, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo.

Os recursos materiais e humanos para o suporte técnico e administrativo da Comissão vinham do Ministério do Interior e de apoio complementar dos demais Ministérios e dos Governos Estaduais participantes. Os Ministérios também podiam constituir equipes técnicas para realização de trabalhos específicos nas respectivas áreas de atuação, para atuar junto à COVAP.

No final da década de 70, deu-se a criação do Comitê Especial de Estudos Integrados das Bacias Hidrográficas (CEEIBH) – por meio da Portaria Interministerial nº 90 (MME/MINTER), de 29 de março de 1978 – que consolidou institucionalmente a definição de bacia hidrográfica como unidade de gestão. O Comitê tinha a incumbência de classificar os cursos

d'água da União, bem como, do estudo integrado e do acompanhamento da utilização racional dos recursos hídricos das bacias dos rios federais. A composição do CEEIBH incluía a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), as Centrais Hidrelétricas Brasileiras (ELETROBRAS), o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), as Superintendências de Desenvolvimento Regional e os Secretários de Estado.

No ano seguinte, em 1979, foi criado o Comitê Executivo de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas para o Rio Paraíba do Sul (CEEIVAP). O CEEIVAP era formado por 22 representantes da União e dos três Estados da bacia: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo dez do Governo Federal (cinco sem direito a voto por serem membros do CEEIBH) e 12 dos governos estaduais. O Comitê Executivo tinha função eminentemente consultiva e foi responsável pela execução de vários estudos, os denominados "Projetos Gerenciais" que propunham a implementação de ações multissetoriais destinadas à recuperação e ao gerenciamento da bacia.

Já na década de 1990, depois de uma experiência bem-sucedida da bacia do rio Doce, teve início a Co-operação Brasil-França para a bacia do rio Paraíba do Sul. As atividades tiveram início em 1992 e ao longo de sete anos foram realizados trabalhos de atualização, aquisição e sistematização de dados relacionados aos recursos hídricos da bacia, principalmente em matéria de qualidade da água e atividade industrial.

CEIVAP – 15 ANOS DE ATUAÇÃO

Apesar de todos os esforços, desde a década de 1970, visando à gestão integrada dos recursos hídricos, as ações resultantes dos estudos propostos para a bacia do rio Paraíba do Sul nem sempre foram concretizadas. Mas, os debates fortaleceram o processo de negociação entre representantes do Governo Federal e dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que após um longo período culminou na criação do Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP). Instituído pelo Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996, o CEIVAP tinha como finalidade de promover a viabilização técnica e

econômico-financeira de programas de investimento e a consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentado da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, além de garantir a articulação interestadual.

Instalado oficialmente no dia 18 de dezembro de 1997 durante cerimônia de posse realizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), o CEIVAP era inicialmente integrado por 39 representantes – três do Governo Federal (MMA, MME e MPO) e 12 de cada Estado da Bacia. A cerimônia foi presidida pelo Secretário Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Paulo Afonso Romano, que conduziu a eleição da primeira diretoria formada por: Presidente – Délio César Leal (Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro), Presidente-Substituto – José Carlos de Carvalho (Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais) e Secretário – Joaquim Rodrigues dos Santos (Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH/SP), com mandato válido até 31 de março de 1999.

A primeira reunião do CEIVAP aconteceu no mês seguinte, no dia

A ATUAL DIRETORIA

Presidente: Edson Giriboni (Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo) – ao centro
Vice-Presidente: Marília Carvalho de Melo (Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, indicada pela Sociedade Civil)
Secretário: Alexandre Nascimento da Silveira (Engenheiro da Light S.A./RJ)



MÔNICA DA COSTA/TEXTOPARTE

2005-2007

Presidente: Marco Aurélio de Souza (Prefeito de Jacaré/SP)
1º Vice-Presidente: Manoel Otoni Neiva (Federação das Indústrias de Minas Gerais)
2º Vice-Presidente: Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida/RJ)
Secretários: João Carlos Rodrigues (Cervejarias Kaiser/SP) e Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia/MG)

2007-2009

Presidente: Paulo Teodoro de Carvalho (Governo de Minas Gerais)
1º Vice-Presidente: Mauro Ribeiro Viegas (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro)
2º Vice-Presidente: Ana Maria de Gouvêa (Fundação Christiano Rosa/SP)
Secretária: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia/MG)

2009-2011

Presidente: Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos (Secretaria Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro)
Vice-Presidente: Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/SP)
Secretários: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Energisa Soluções S.A./MG – 30/3/2009 a 9/12/2010) e Cláudio Luis Dias Amaral (Fazenda Pedra Branca/MG – 9/12/2010 a 24/5/2011)

“ Instalado oficialmente no dia 18 de dezembro de 1997 durante cerimônia de posse realizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), o CEIVAP era inicialmente integrado por 39 representantes – três do Governo Federal (MMA, MME e MPO) e 12 de cada Estado da Bacia. Hoje, o colegiado é formado por 60 membros, cuja representatividade é dividida da seguinte forma: Poder Público – 35%; Usuários – 40%; e Organizações Civas – 25%. Nestes 15 anos de existência, o CEIVAP elegeu e empossou nove diretorias que conduziram o colegiado num processo democrático e deliberativo ”

28 de janeiro, na cidade de Resende (RJ), e contou com a participação da maioria dos 39 representantes. Nesse encontro foram criadas duas Câmaras Técnicas: Institucional e de Planejamento e Investimento. Também ficou decidido que o escritório técnico do CEIVAP iria funcionar em instalações cedidas pelo Serviço Nacional da Indústria (SESI/RJ) e o pagamento da contratação de funcionários custeados pelos três Estados da bacia.

Hoje, o colegiado é formado por 60 membros: União – três representantes; Governo Estadual (SP, RJ e MG) – três representantes de cada Estado; Prefeituras Municipais (SP, RJ e MG) – 11 representantes; Usuários (SP, RJ e MG) – oito representantes de cada Estado; e Organizações Civas (SP, RJ e MG) – 13 representantes. A representatividade no CEIVAP é dividida da seguinte forma: Poder Público – 35%; Usuários – 40%; e Organizações Civas – 25%. Veja nas páginas 9 e 10 quem são os atuais representantes do colegiado.

No ano de 2001, o CEIVAP autorizou a implantação da cobrança pelo uso da água na bacia do Rio Paraíba do Sul. No ano seguinte, aprovou a criação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul, braço executivo do Comitê. Em oito anos, o CEIVAP aplicou na bacia cerca de R\$ 22 milhões de recursos da cobrança em ações de preservação e recuperação das águas, sendo que R\$ 50 milhões já estão comprometidos com outros projetos contratados ou a contratar.

Em 2008, o Decreto Federal nº 6.591 alterou a área de abrangência e a nomenclatura do Comitê, que passou a ser denominado Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, tendo mais quatro cidades do Estado do Rio de Janeiro incluídos na bacia, somando assim 184 municípios.

Nestes 15 anos de existência, o CEIVAP elegeu e empossou nove diretorias que conduziram o colegiado num processo democrático e deliberativo. Conheça nos quadros os dirigentes que fizeram parte da história do Comitê.

SERPASUL 2011

Evento reuniu especialistas em SP



Público presente à abertura do 3º Seminário do Setor Elétrico na Bacia do Rio Paraíba do Sul, evento realizado no auditório do Parque Tecnológico, em São José dos Campos (SP)



Mauro Ribeiro Viegas recebe do Presidente do CEIVAP, Edson Giriboni, o Prêmio SERPASUL Destaque 2011



O Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Adriano Magalhães Chaves, proferiu a Palestra Magna do evento



O 3º SERPASUL também foi palco para o lançamento do Atlas Soci-Água, de autoria de Luiz Pinguelli Rosa, Coordenador-Geral

Pelo terceiro ano consecutivo o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) realizou o Seminário do Setor Elétrico na Bacia do Rio Paraíba do Sul (3º SERPASUL), que este ano teve como tema “Ordenamento Territorial e Gestão em Margem de Rio”. Com apoio institucional da Agência da Bacia (AGEVAP), o evento aconteceu nos dias 20 e 21 de outubro no Parque Tecnológico, em São José dos Campos (SP). As primeiras edições foram realizadas, respectivamente, na Capital do Rio de Janeiro, em 2009, que abordou “Aspectos Energéticos na Política de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul”, e na cidade mineira de Astolfo Dutra, em 2010, com o tema “Uso e Conservação de Entorno de Reservatórios”.

Na abertura do evento o anfitrião, José Raimundo Braga, Diretor Técnico e de Operações da Associação Parque Tecnológico, deu as boas-vindas aos participantes, ressaltando que gostaria de ter uma interação maior com o CEIVAP. Ele sugeriu que algumas atividades do Comitê, ligadas à tecnologia nas áreas de recursos hídricos e saneamento ambiental, possam ser desenvolvidas em São José dos Campos.

Em seguida, os organizadores do SERPASUL fizeram a entrega dos Prêmios Destaques 2011, que este ano homenagearam quatro personalidades que se destacam na gestão de recursos hídricos nos Estados da bacia: Dilma Seli Pena, Diretora-Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP); José Braz, Prefeito de Muriaé (MG); José Alfredo Charnaux Sertã (ABES/RJ) e Mauro Ribeiro Viegas (FIRJAN/RJ). Viegas recebeu pessoalmente o prêmio e os demais, que não puderam comparecer à cerimônia, serão homenageados durante reunião dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em seu discurso de agradecimento, Mauro Viegas manifestou emoção e alegria pela homenagem

recebida e falou sobre o trabalho que desenvolveu na bacia do Paraíba do Sul, durante 50 anos. “O Paraíba é meu sétimo filho”, disse externando sua forte ligação com o rio. Contou que foi um dos fundadores do Comitê Executivo de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas para o Rio Paraíba do Sul (CEEIVAP), que antecedeu o atual CEIVAP, o qual herdou a sigla do seu antecessor. O homenageado ressaltou ainda que apesar desses anos o Paraíba ainda não está limpo. “Mas, havemos de conseguir limpá-lo para os nossos netos”.

Após as homenagens, Edson Giriboni, Presidente do CEIVAP e atual Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, abriu a 2ª Reunião Ordinária do Comitê afirmando que estava contente em receber os participantes em seu Estado. Giriboni disse que tornar o rio Paraíba do Sul limpo não é um desafio apenas para o CEIVAP. “Esse é um desafio para todos que trabalham com os diversos usos da água, como geração de energia, indústria, consumo, irrigação, entre outros”. Segundo ele, o Estado de São Paulo está procurando fazer sua lição e o governo tem uma visão ambiental muito forte e uma meta muito clara de procurar atingir, até o final desta década, a universalização do saneamento nos municípios atendidos pela SABESP. “No período de 2014/2015, praticamente todos os municípios do Vale do Paraíba operados pela empresa terão saneamento, água e coleta de esgoto”, afirma.

Giriboni disse que o governo está desenvolvendo várias ações, como, por exemplo, a ajuda aos municípios com menos de 50 mil habitantes que não têm condições de fazer saneamento, com investimentos a fundo perdido. Nesse caso, citou a construção da Estação de Tratamento de Esgoto da cidade de Aparecida, que vai custar mais de R\$ 20 milhões. “São ações que beneficiam o rio Paraíba do Sul”, lembra.

Em continuidade ao evento, o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas

Gerais, Adriano Magalhães Chaves, proferiu a Palestra Magna com o tema "Nova modelagem do Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos de Minas Gerais". Ainda no primeiro dia do Seminário aconteceu o ato de assinatura dos contratos do CEIVAP 2009/2010 com os tomadores de recursos da cobrança pelo uso da água.

Segundo os organizadores, as edições do SERPASUL têm apresentado e debatido questões importantes para a bacia hidrográfica. Muitas delas já estão em andamento, como quatro demandas induzidas aprovadas pelo CEIVAP e que serão realizadas com recursos da cobrança pelo uso da água, no valor de aproximadamente R\$ 5 milhões: Estudos de Avaliação Integral da Bacia do Rio Paraíba do Sul; Estudos sobre Macrófitas; Estudo de Ocupação Irregular das Faixas Marginais dos Corpos Hídricos; e Estudo do Impacto de Novas Transposições de Vazões no Rio Paraíba do Sul (veja outras informações nas páginas 26 a 29).

Outros temas propostos durante os Seminários que também estão sendo realizados são: Estudos para Concepção de um Sistema de Previsão de Eventos Críticos (cheias e poluição ambiental) na bacia do Rio Paraíba do Sul (SISPREC) – Agência

Nacional de Águas (ANA); Estudos para Concepção de um Sistema de Intervenções Estruturais para Mitigação dos Efeitos de Cheias nas bacias dos rios Muriaé e Pomba (SIEMEC) – ANA; Estudo do Sistema de Controle de Cheias de Muriaé – Prefeitura Municipal de Muriaé (MG)/Ministério da Integração; Resolução vazão mínima remanescente pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e definição específica caso a caso para os trechos de vazão reduzida; Elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais – PACUERA, importante instrumento de planejamento e gestão ambiental, que está em fase final de análise para ser formalizado junto aos órgãos ambientais responsáveis pela sua aprovação.

Após as homenagens, Edson Giriboni, Presidente do CEIVAP e atual Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, abriu a 2ª Reunião Ordinária do Comitê afirmando que estava contente em receber os participantes em seu Estado. A mesa diretora do SERPASUL foi formada ainda pelas seguintes autoridades (da esq. p/ dir.): Danilo Canelle, Analista de Meio Ambiente da CESP; Dulce Rita, Vereadora de SJC; Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; José Raimundo Braga Coelho, Diretor Técnico e de Operações da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos; Marília Carvalho de Melo, Vice-Presidente do CEIVAP; Alexandre Nascimento da Silveira, Secretário do CEIVAP; Edson Fujita, Diretor Executivo da AGEVAP; Renata Paiva, Vereadora de SJC; Moema Versiane, Gerente de Instrumento de Gestão de Recursos Hídricos do INEA/RJ; e Adalésio Vieira, Superintendente de Gestão de Ativos da Light Energia.

O 3º SERPASUL também foi palco para o lançamento do Atlas Soci-Água, de autoria de Luiz Pinguelli Rosa, Coordenador-Geral; Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, Coordenador-Executivo e IVIG/COPPE/UFRJ. O trabalho foi produzido pelo Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (IVIG/COPPE/UFRJ), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A edição 2011 é uma versão atualizada do banco de dados georreferenciado sobre Saneamento e Saúde, Irrigação para Produção de Alimentos e Produção de Energia em Usinas Hidrelétricas, com a identificação dos problemas e sugestões de melhoria.

A quarta edição do SERPASUL, em 2012, está sendo programada para acontecer no Rio de Janeiro.

CAMILA PIMENTEL VARGAS/CONSULTAL



CEIVAP aprova investimentos de R\$ 26 milhões

Recursos contemplam 45 ações em toda a bacia

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) aprovou, no dia 7 de dezembro, as propostas de ações estruturantes referentes ao Edital nº 002/2011, que disponibilizou recursos da cobrança pelo uso da água. Com mais essa aprovação, somando os dois editais lançados este ano, o total de investimentos para a bacia foi de R\$ 26 milhões – concluindo assim o processo de hierarquização relativo aos orçamentos de 2010 e 2011.

A 2ª Reunião Extraordinária do CEIVAP aconteceu na sede da Agência de Bacia (AGEVAP), em Resende (RJ), encerrando as atividades do colegiado neste ano. Cerca de 60 pessoas participaram do evento, sendo 31 membros titulares e suplentes. Além da hierarquização das propostas, o Comitê também aprovou a Revisão e Suplementação do Orçamento de 2012, os Manuais CEIVAP de Orientação ao Proponente e Tomador a partir de 2012, o novo edital que define o calendário e regras para a inscrição de propostas a serem financiadas no próximo ano, o 13º Termo Aditivo do Contrato de Gestão ANA X AGEVAP e a Agenda Anual de trabalhos.

Antes disso, no dia 20 de outubro, quatro propostas de ações estruturais inscritas neste mesmo edital já haviam sido aprovadas pelo colegiado durante a 2ª Reunião Ordinária, realizada no Parque Tecnológico, em São José dos Campos (SP). Na ocasião, seguindo a pauta de atividades, a diretoria do Comitê, formada por Edson Giriboni (Presidente), Marília Melo (Vice-Presidente) e Alexandre Silveira (Secretário), também formalizou a assinatura do Termo de Compromisso do CEIVAP com os tomadores de recursos que tiveram suas propostas hierarquizadas no Edital nº 001/2011.

Nesse edital, o total de recursos comprometidos foi de R\$ 22.236.700,61, sendo R\$ 8.874.841,37 para ações estruturantes e R\$ 13.361.859,24 para ações estruturais (veja quadros nas páginas seguintes). As ações estruturais são as obras e serviços de engenharia que visam à correção de problemas relativos à qualidade e quantidade das águas dos rios, inclusive reflorestamentos. As ações estruturantes são programas e projetos de educação ambiental; capacitação; mobilização e comunicação social; e estudos, planos e outros projetos e programas.

Assim, neste primeiro processo, foram aprovadas oito ações estrutu-

rais, sendo seis propostas para Minas Gerais, uma para São Paulo e uma para o Rio de Janeiro. Já as ações estruturantes foram 30: duas que abrangem toda a bacia hidrográfica, 16 para Minas Gerais, sete para São Paulo e cinco para o Rio de Janeiro.

Participaram da assinatura do Termo de Compromisso as seguintes instituições: Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora (MG), Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá (SP), Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt (FUNCAB), Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG), Prefeitura Municipal de Rio Novo (MG), Prefeitura Municipal de Simão Pereira (MG), Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente (SP), Fundação Christiano Rosa (SP), Departamento Municipal de Saneamento Urbano de Muriaé (MG) e Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Muriaé (MG).

Com relação ao Edital nº 2, que contou com recursos remanescentes do primeiro e de redução de valores de projetos, os membros do Comitê seguiram a orientação da Câmara Técnica Consultiva e aprovaram quatro ações estruturais, com investimentos de R\$ 1.286.961,44. Foram hierarquizadas uma proposta do Rio de Janeiro

EDITAL DE SELEÇÃO 2010/2011 – Nº 1

Propostas Estruturais Aprovadas - Municípios com FPM < 1,2*

Tomador	Título	Valor Solicitado (R\$)
PM Rio Novo	Sistema de esgotamento sanitário de Rio Novo SES - RN	7.386.373,42
PM Rodeiro	Projeto de esgotamento sanitário do Distrito-Sede de Rodeiro (MG)	201.772,71
PM São Francisco do Glória	Proteção de mananciais do sistema de abastecimento de água de São Francisco do Glória (MG)	190.845,54
TOTAL		7.778.991,67

Propostas Estruturais Aprovadas - Demais Proponentes

Tomador	Título	Valor Solicitado (R\$)
DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano	Implantação de aterro sanitário no município de Muriaé (MG)	1.122.848,11
CESAMA	Instalação do coletor de esgoto CT-7 (2ª etapa)	840.912,25
PM Volta Redonda	Projeto de recuperação da mata ciliar do rio Paraíba do Sul	448.000,00
CESAMA	Implantação da 2ª etapa do sistema de coleta e tratamento de esgoto da ETE Barreira do Triunfo	2.834.122,79
Fundação Christiano Rosa	Recuperação e proteção de áreas de preservação permanentes e proteção de nascentes do córrego Araçá – Piquete (SP)	336.984,42
TOTAL		5.582.867,57

Propostas Estruturantes Aprovadas - Municípios com FPM < 1,2*

Tomador	Título	Valor Solicitado (R\$)
PM Potim	Elaboração de projeto executivo do afastamento e tratamento de esgoto do município de Potim (SP)	403.740,00
PM Potim	Investigação de passivo ambiental e projeto de remediação de passivo no vazadouro municipal	260.094,26
PM Maripá de Minas	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	79.600,00
PM Rio Preto	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	137.650,00
PM Matias Barbosa	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	272.200,00
PM Pedro Teixeira	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	61.400,00
PM Simão Pereira	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	72.700,00
PM Olaria	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	63.100,00
PM Descoberto	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	106.400,00
PM Piraúba	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	221.200,00
PM Belmiro Braga	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	95.400,00
PM Rio Pomba	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	345.300,00
PM Palma	Elaboração de Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico	87.750,84
PM Lima Duarte	Elaboração dos estudos de concepção e projetos do sistema de esgotamento sanitário dos Distritos de C. de Ibitipoca, S. J. dos Lopes e povoado de Manejo pertencente ao município de Lima Duarte (MG)	200.000,00
PM Lagoinha	Mapeamento das áreas de riscos de inundações do município de Lagoinha (SP)	109.280,00
PM Santa Branca	Elaboração de plano de macrodrenagem para Córrego São Joaquim	109.280,00
PM Areias	Levantamento do uso e ocupação de áreas desmatadas e sistemas de saneamento das propriedades da bacia do Rio Vermelho – Areias (SP)	165.350,00
TOTAL		2.790.445,10



MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

Diretoria do CEIVAP com alguns dos representantes de instituições presentes à assinatura do Termo de Compromisso com os tomadores de recursos que tiveram suas propostas hierarquizadas no Edital 2010/2011 – nº 1

Propostas Estruturantes Aprovadas - Demais Proponentes

Tomador	Título	Valor Solicitado (R\$)
PM Barra do Pirai	Projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário com tratamento das bacias urbanas 17 e 18 da sede do município de Barra do Pirai (RJ)	312.864,29
FUNCAB - Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt	Caracterização cartográfica e estatística da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul	520.459,20
PM Resende	Diagnóstico das áreas afetadas e plano de recuperação marginal no Rio Sesmarias – limite do município de Resende (RJ)	280.305,36
DEMSUR	Plano de Saneamento Básico do município de Muriaé (MG)	380.000,00
Fundação Casimiro Montenegro Filho	REDEVALE - Rede de ensino, pesquisa, e educação à distância para a gestão dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraíba do Sul	244.960,00
PM Juiz de Fora	Implementação de sistema de alerta e alarme hidrológico de Juiz de Fora (MG) e região e monitoração da qualidade da água da chuva	267.500,00
PM Barra do Pirai	Projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário com tratamento das bacias urbanas 14 e 15 da sede do município de Barra do Pirai (RJ)	268.169,39
Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá	Projeto de remediação e encerramento do aterro municipal	586.973,43
PM Barra do Pirai	Projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário com tratamento da bacia urbana 16 da sede do município de Barra do Pirai (RJ)	104.409,80
Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul	Monitoramento biológico de espécies aquáticas ameaçadas de extinção na bacia do rio Paraíba do Sul – sistema piloto e implementação de plano de ação	1.060.408,80
Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Muriaé	Plano Municipal de Saneamento Básico dos municípios com FPM entre 0,6 e 1,2 do trecho mineiro da Bacia do Rio Paraíba do Sul	1.146.046,00
Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente	Sala de situação para monitoramento hidrológico e sistema de previsão e alerta de cheias com estação linimétrica para o município de Guaratinguetá (SP)	362.300,00
Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora - Agenda JF	Revitalização da bacia do rio Paraíbauna através de utilização de técnicas de recuperação de áreas degradadas	550.000,00
TOTAL		6.084.396,27
VALOR TOTAL HIERARQUIZADO		22.236.700,61

* FPM = Fundo de Participação dos Municípios
Distinção feita em atendimento à Deliberação CEIVAP nº 140/2010



2ª Reunião Extraordinária, realizada dia 7 de dezembro em Resende (RJ): membros do CEIVAP aprovaram as propostas estruturantes do Edital nº 2, encerrando o processo de hierarquização dos orçamentos de 2010 e 2011

GISELA SANCHES/TEXTOPARTE

ro e três propostas de Minas Gerais. Já as propostas de ações estruturantes foram avaliadas na plenária do dia 7 de dezembro, tendo sido hierarquizadas três propostas – duas do Rio de Janeiro e uma de Minas Gerais – no valor total de R\$ 2.589.729,46 (confira nos quadros abaixo), encerrando-se assim os Editais de 2010/2011.

Também nesta reunião, os membros do Comitê aprovaram a revisão e suplementação do Orçamento de 2012 para a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, incluindo o saldo financeiro de R\$ 5.828.498,93 não utilizado em 2011. Assim, a previsão de receitas para o próximo ano é de R\$ 20,4 milhões

provenientes do Contrato de Gestão AGEVAP/Agência Nacional de Águas (ANA), além de R\$ 3,6 milhões da transferência de recursos financeiros pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ), relativos à cobrança pela transposição de águas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, totalizando R\$ 24.073.304,93.

EDITAL DE SELEÇÃO 2010/2011 – Nº 2

Propostas Estruturais Aprovadas		
Tomador	Título	Valor Solicitado (R\$)
PM São José de Ubá	Construção de ETE do Bairro Lagoa	599.975,84
PM Rio Preto	Ampliação e modernização da UTC – Rio Preto (MG)	267.739,51
PM Maripá de Minas	Ampliação e modernização da UTC – Maripá de Minas (MG)	145.183,38
Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR	Rede coletora de esgoto do Bairro Primavera	274.062,71

TOTAL 1.286.961,44

Propostas Estruturantes Aprovadas		
Tomador	Título	Valor Solicitado (R\$)
Crescente Fértil – Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação	Recuperação ambiental da sub-bacia do rio Sesmarias - Fase 1: Diagnóstico 1	411.585,46
Consócio Intermunicipal para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Muriaé	Plano Municipal de Saneamento Básico dos municípios com FPM entre 0,6 e 1,2 do trecho mineiro da Bacia do Rio Paraíba do Sul	2.043.144,00
Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente – Instituto Ipanema	"Meio ambiente, pensar e agir na escola e na comunidade Onça Pintada – Anjos de São Francisco"	135.000,00

TOTAL 2.589.729,46

VALOR TOTAL HIERARQUIZADO 3.876.690,90

Qualidade da gestão e planejamento

No Estado de Minas Gerais houve muitos avanços nos últimos anos, principalmente no fomento ao fortalecimento institucional dos entes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

TERESA BARBOSA/TEXTOPARTE

Engenheiro eletricista formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com pós-graduação em Gestão de Projetos e MBA em Gestão de Negócios, Adriano Magalhães Chaves assumiu a pasta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais em janeiro deste ano. O novo secretário, que ocupava a presidência do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) e também é membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), do Conselho do Programa Minas Sustentável da FIEMG e do Conselho Regional do SESI, SENAI e IEL/MG, destaca como metas iniciais do seu trabalho a valorização das equipes técnicas do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), a continuidade das políticas de combate ao desmatamento, o planejamento para combate a incêndios florestais e a gestão compartilhada dos recursos naturais. Confira nesta entrevista quais são, em sua opinião, os avanços já obtidos na área ambiental e os principais desafios a enfrentar, com um foco especial na gestão de recursos hídricos.

O senhor assumiu no início deste ano a pasta do Meio Ambiente em Minas Gerais. Qual é o papel que a gestão ambiental ocupa entre as diretrizes de ação do governo mineiro? Uma das principais marcas do Governo Anastasia tem sido a qualidade da gestão e o planejamento no serviço público. E a área ambiental não foge a esta regra. Assim, a gestão ambiental é



a administração do exercício de atividades econômicas e sociais de forma a utilizar, de maneira racional, os recursos naturais do Estado, sejam eles renováveis ou não. Em nossa gestão, procuramos utilizar as práticas que garantam a conservação e a preservação da biodiversidade, incentivar a reciclagem das matérias-primas e buscar a redução e/ou a mitigação do impacto ambiental das atividades humanas sobre os recursos naturais. Para o desenvolvimento da gestão ambiental são necessários conhecimentos associados ao tema, bem como de técnicas que permitam a recuperação de áreas degradadas, incentivo ao reflorestamento e recuperação de vegetação nativa, criação e manutenção de unidades de conservação, tratamento de resíduos sólidos e efluentes sanitários, além de metodologias para a exploração sustentável dos recursos naturais e o estudo de riscos e impactos ambientais.

Considerando que o SISEMA vem passando nos últimos anos por uma ampla estruturação, quais foram os principais avanços obtidos nesta área? E os principais desafios ainda a enfrentar? Dentre os principais avanços do SISEMA podemos citar algumas ações estruturantes, tais como: (1) reestruturação do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e descentralização do processo de regularização ambiental, que possibilitou uma economia de tempo e uma maior facilidade para o empreendedor, através da ampliação da gestão ambiental para todo o Estado; (2) criação dos Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs), que são implantados no âmbito de cada Secretaria de Estado que possui representação no plenário do COPAM – os NGAs têm por finalidade a inclusão da variável ambiental em suas políticas setoriais; (3) elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (ZEE), que incorpora a dimensão territorial no planejamento estratégico de governo e na formulação e implantação de políticas públicas setoriais; (4) concurso público para o preenchimento de 250 vagas que eram necessárias para que o SISEMA não entrasse em colapso; (5) criação do SISEMANET, um portal na internet que otimizará

a gestão ambiental no Estado – este portal, ainda em desenvolvimento, irá disponibilizar na internet todos os dados e informações relativas à gestão ambiental no Estado; (6) criação da Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, onde as atividades de controle, monitoramento e fiscalização estão reunidas de forma a focar, de forma mais objetiva, nestes instrumentos de gestão, possibilitando um trabalho mais racional com respostas mais eficientes e eficazes; e (7) com

“ Hoje, o Estado conta com o seu Plano Estadual de Recursos Hídricos, lançado em março de 2011, 20 Planos Diretores de Bacias concluídos e oito em fase de elaboração, sob a coordenação do IGAM. Os demais estão em processo de contratação ”

a criação da Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, toda e qualquer demanda por autorização – seja a supressão vegetal, intervenções em áreas de proteção permanente (APPs), reserva legal, outorga de água e licenciamento de empreendimentos – é feita em uma das nove superintendências regionais de regularização ambiental (SUPRAMs), o que confere praticidade e agilidade aos processos.

Dentre os principais desafios podemos citar: necessidade de novo concurso público para substituir os demais funcionários terceirizados do SISEMA e suprir as necessidades de pessoal especializado; melhoria das condições salariais dos servidores; maior integração das casas que compõem o SISEMA (FEAM, IEF, IGAM e SEMAD) para que as novas funções da Secretaria possam ser internalizadas e executadas de forma plena; criação e implantação de novas unidades de conservação e a melhoria da qualidade das águas de nossas bacias, a exemplo da Meta 2014 para o Rio das Velhas; aprimorar o combate ao desmatamento e aos incêndios florestais.

Na área específica da gestão de recursos hídricos, qual é a realidade atual no Estado de Minas Gerais? Houve avanços, principalmente na melhoria da qualidade ambiental (tratamento de água e esgotos)? Houve muitos avanços nos últimos anos, principalmente no fomento ao fortalecimento institucional dos entes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tais como o Comitê Estadual de Recursos Hídricos (CERH), SEMAD, IGAM, Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), bem como a criação e estruturação de Agências de Bacias – AGB-Peixe Vivo, ABHA e Consórcio PCJ.

Hoje, o Estado conta com o seu Plano Estadual de Recursos Hídricos, lançado em março de 2011, 20 Planos Diretores de Bacias concluídos e oito em fase de elaboração, sob a coordenação do IGAM. Os demais estão em processo de contratação.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos foi implementada em três bacias – Piracicaba e Jaguari (PJ1), Velhas (SF5) e Araguari (PN2) – e o Estado vem repassando os recursos arrecadados com a cobrança, garantindo o funcionamento das Agências e viabilizando ações nestas bacias. Podemos ressaltar também que a cobrança foi amplamente discutida e aprovada em 2011, nos seis comitês Afluentes ao rio Doce, por meio de um processo participativo inovador no Estado, após a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce). Os primeiros boletos serão emitidos a

partir de janeiro de 2012 e o Instituto Bioatlântica foi equiparado à Agência Única da bacia do rio Doce na reunião do CERH, em 19 de outubro. Priorizamos também a realização de cadastros de usuários, instrumento relevante para a gestão de recursos hídricos, os quais estão em fase final de sistematização, em várias bacias.

O IGAM também vem se dedicando a trabalhar de forma parceira com as Agências de Bacia, contribuindo para a melhoria de seus processos gerenciais e realizou, no dia 4 de novembro, o I Seminário das Agências, que teve como tema principal a discussão sobre a aplicação dos recursos da cobrança. O repasse de recursos para a estruturação física e operacional dos Comitês de Bacias já é uma realidade no Estado, cujo processo vem passando por constantes melhorias para permitir o fortalecimento da atuação destes na gestão de recursos hídricos.

As discussões sobre o instrumento enquadramento dos corpos de água será aprofundada e o IGAM coordenou recentemente a instalação do Grupo Técnico de Enquadramento, composto por membros do CERH e do COPAM. Este Grupo Técnico terá como objetivo consolidar uma minuta de Deliberação conjunta CERH/COPAM com as diretrizes gerais para o enquadramento em Minas Gerais. Vale destacar que o enquadramento de corpos de água também está sendo discutido conjuntamente com os Planos Diretores das bacias dos rios Jequitinhonha, Mosquito/Pardo, Alto Rio Grande e Vertentes do Rio Grande, o que propiciará um acúmulo de conhecimento dessa temática.

Sobre a melhoria da qualidade ambiental, o IGAM gere uma rede de 522 pontos de monitoramento que subsidiam a definição de ações prioritárias para a melhoria da qualidade das águas no Estado. Além disso, está em execução um projeto de monitoramento da quantidade e qualidade da água subterrânea para a região Norte do Estado, proveniente de uma parceria entre o IGAM e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que será ampliado em momento oportuno para as outras regiões.

No que se refere ao tratamento de água e esgoto, foi criada no

IGAM a Gerência de Integração com as Políticas Municipais, visando trazer os municípios para a gestão de recursos hídricos, fomentar a participação destes nos Comitês de Bacias e tratar questões como o saneamento em apoio ao trabalho realizado pela Gerência de Saneamento da FEAM. Nesse contexto, foi proposto o Projeto Estratégico do SISEMA 2012-2015, que conta com diversas ações para revitalização das bacias hidrográficas dos rios Mogi-Guaçu e Pardo, Pará, Paraopeba e

“ A integração das ações e dos instrumentos de gestão entre Estados e ANA são de extrema importância. Além de ser prerrogativa da legislação de recursos hídricos, a união de esforços traz benefícios não somente para as bacias ”

Piracicaba, incluindo ações voltadas para a melhoria do saneamento, em parceria com a SEDRU, COPASA e outras secretarias de Estado.

A integração de ações é sempre apresentada como um desafio a ser superado no âmbito do CEIVAP. Levando-se em consideração esse desafio, qual é a importância da integração dos instrumentos de gestão entre Estados e Agência Nacional de Águas (ANA)? A inte-

gração das ações e dos instrumentos de gestão entre estados e ANA são de extrema importância. Além de ser prerrogativa da legislação de recursos hídricos, a união de esforços traz benefícios não somente para as bacias, mas serve para potencializar as ações, envolver outros atores sociais na gestão local dos recursos hídricos e ampliar parcerias. Esta integração permite pensar soluções conjuntamente e isso enriquece o trabalho das equipes envolvidas.

Neste contexto, a visão de bacia deve prevalecer e a integração dos instrumentos na sua aplicação e dos entes federados com a União na gestão propicia a materialização da gestão integrada na bacia. E o Paraíba do Sul foi instituído neste espírito, ser um Comitê de Integração.

E qual é a importância da revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PRH), cujo Termo de Referência está atualmente em elaboração? A revisão do Plano da Bacia do Rio Paraíba do Sul no atual cenário sobre a gestão de recursos hídricos no país é importante porque virá com um olhar mais integrado. Precisamos ter um plano mais assertivo e prático. Quais são os reais problemas da bacia e como devemos enfrentá-los? Estas questões devem estar objetivamente postas no diagnóstico e nos programas e projetos elencados no plano. Isso dará maior eficiência na aplicação dos recursos da cobrança e eficácia nas ações.

A SEMAD participou ativamente da discussão do Termo de Referência, pontuando as exigências da legislação e alertando para que as diretrizes dos instrumentos de gestão a serem estabelecidas no Plano Integrado da Bacia do Rio Paraíba do Sul estejam compatíveis com as diretrizes do nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos. O IGAM atuará de forma parceira com os CBHs Preto/Paraibuna e Pomba/Muriae, objetivando o melhor acompanhamento e apoio nesta revisão, pois os produtos do Plano Integrado devem ser eficientes, retratando a realidade atual e possibilitando as articulações necessárias para a implementação de ações conjuntas entre os Estados e a União.

Flagrante de trecho do rio Paraíba do Sul em São José dos Campos (SP), imagem de satélite capturada em outubro de 2006: estudo sobre proliferação de macrófitas é uma das demandas priorizadas pelo colegiado

Demandas Induzidas

CEIVAP destinou R\$ 6,7 milhões para a execução de nove propostas

Estão em andamento na Câmara Técnica Consultiva (CTC) do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e na Agência de Bacia (AGEVAP) as discussões, análises e contratações de estudos ou termos de referência relativos às demandas induzidas apresentadas e aprovadas pelo Comitê, por meio da Deliberação CEIVAP nº 139/2010.

No orçamento CEIVAP 2010 o colegiado aprovou cerca de R\$ 6,7 milhões para nove propostas: deliberação CEIVAP sobre Plano Municipal de Saneamento para pequenos municípios; elaboração do Termo de Referência (TDR) para a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul; Pagamento por Serviços Ambientais; estudo sobre macrófitas; estudo do impacto de novas transposições de vazão no rio Paraíba do Sul; estudo de ocupação irregular das faixas marginais dos corpos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul; curso de capacitação – reúso e sistemas alternativos de abastecimento de água para a indústria; programa de Educação Ambiental e elaboração de Caderno Técnico de Apoio; e estudos de avaliação integrada da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Das propostas elencadas, a elaboração do Termo de Referência para a revisão do Plano de Recursos Hídricos já está concluída (leia mais nas páginas 30 a 37). O documento foi enviado pela AGEVAP para apreciação da CTC, que recomendou ao CEIVAP que parte dos recursos do orçamento de 2012 sejam destinados à contratação da elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e dos Planos de Ação de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes. A recomendação foi aprovada por unanimidade pelo colegiado durante a 2ª Reunião Extraordinária, realizada dia 7 de dezembro em Resende (RJ).

Já a realização dos Planos Municipais de Saneamento para pequenos municípios está em execução. A empresa contratada para este trabalho é a Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda., que terá 24 meses para

a entrega do serviço. Serão atendidos nesse projeto 24 municípios do trecho mineiro da bacia do rio Paraíba do Sul, inseridos no FPM. São eles: Santa Bárbara do Tugúrio, Aracitaba, Fervedouro, São Sebastião da Vargem Alegre, São Francisco do Glória, Santa Bárbara do Monte Verde, Rosário da Limeira, Mercês, Antônio Prado de Minas, Silveirânia, Estrela D’Alva, Senador Cortes, Volta Grande, Piau, Argirita, Guidoal, Coronel Pacheco, Santana de Cataguases, Lima Duarte, Mar de Espanha, Rochedo de Minas, Pequeri, Chácara e Santana do Deserto.

A AGEVAP também procedeu à contratação de estudos sobre macrofitas, com a inclusão na equipe de um especialista, conforme indicado pela CTC. A empresa vencedora do Ato Convocatório foi a Tecnogeo Informática, que terá sete meses para a conclusão do trabalho. Além deste, a Agência já contratou o Projeto-Piloto de Regularização Fundiária Sustentável de áreas urbanas situadas nas margens do rio Paraíba do Sul, tre-

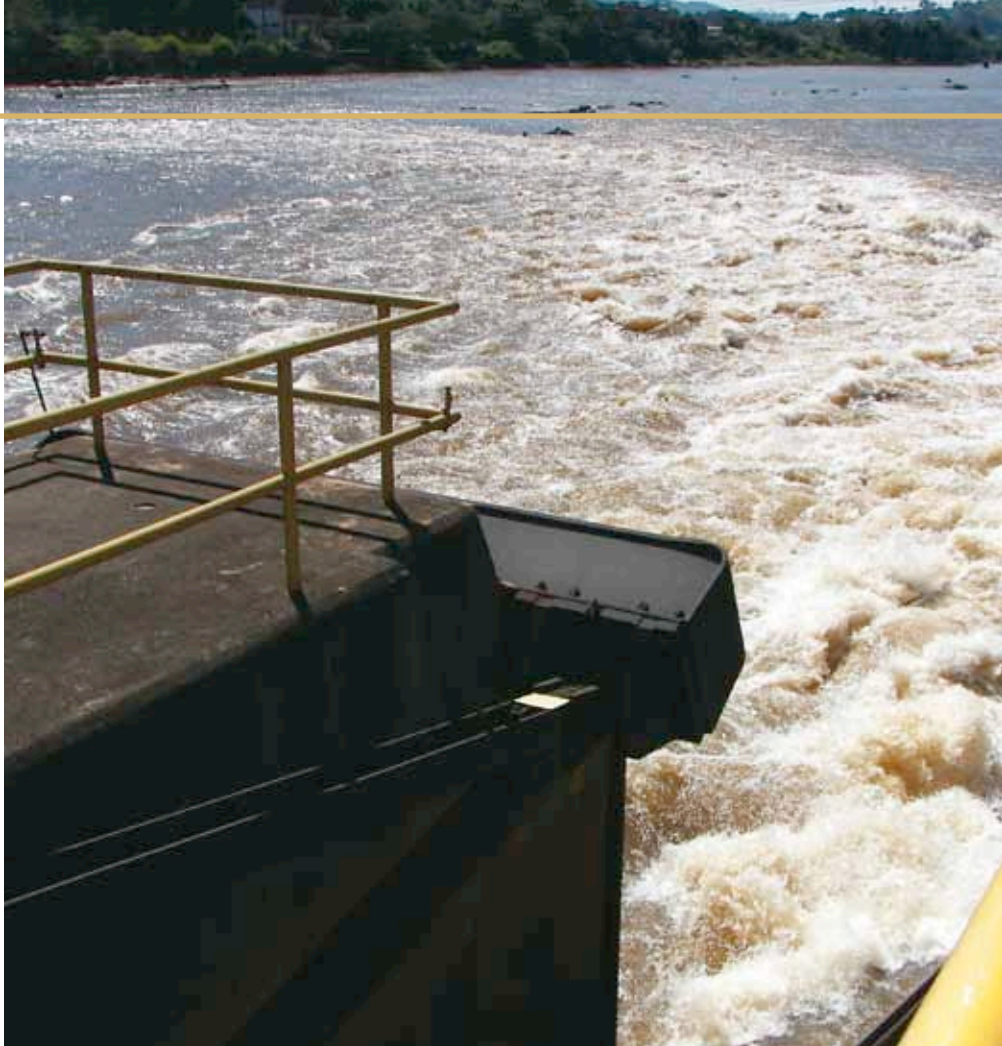
cho de Barra Mansa (RJ), que será desenvolvido pela empresa COHIDRO Consultoria, Estudos e Projetos Ltda.; e estudos do impacto de novas transposições de vazão no rio Paraíba do Sul, cuja empresa vencedora do Ato Convocatório foi a PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda. Por recomendação da Câmara Técnica do CEIVAP, o desenvolvimento dos trabalhos deverá ser supervisionado pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH).

Outras demandas induzidas contratadas são: Curso de Capacitação Reúso e Sistemas Alternativos de Abastecimento de Água para a Indústria, que será realizado pela empresa EKOTERRA – Bioterra Consultoria Ambiental Ltda.; e Estudos de Avaliação Integrada da Bacia do Rio Paraíba do Sul, trabalho a ser executado pela empresa Holos Engenharia. Segundo a AGEVAP, a proposta Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) ainda não teve seu edital publicado

por necessidade de readequação à Resolução nº 552/2011 da Agência Nacional de Águas (ANA). O documento estabelece novos procedimentos para compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos pelas entidades delegatárias de funções de Agência de Água.

“A nova Resolução da ANA muda alguns critérios para contratação por licitação. Por exemplo, o critério menor preço passa a ser o principal: assim, devem ser apresentadas três propostas e a escolha recai, primeiramente, sobre aquela que tem o melhor preço; depois é que se avalia a capacidade técnica”, explica Edson Fujita, Diretor-Executivo da AGEVAP. Até o momento, São Paulo e Rio de Janeiro já apresentaram para a Câmara Técnica suas propostas de PSA e Minas Gerais está em fase de escolha do Projeto-Piloto para aquele Estado.

O CEIVAP também tem outra demanda já executada, que são os es-



tudos para a revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água. De acordo com a AGEVAP, a empresa contratada Gama Engenharia já entregou todos os produtos previstos no contrato. Por solicitação da CTC, serão contratados novos estudos para complementação deste tema. Já o Programa de Educação Ambiental e a elaboração de Caderno Técnico de Apoio terão suas diretrizes definidas pela Câmara Técnica do CEIVAP.

Estudo do impacto de novas transposições de vazão no rio Paraíba do Sul também está incluído entre as demandas induzidas

demandas induzidas

OBJETO	Plano Municipal de Saneamento para pequenos municípios	Elaboração do Termo de Referência (TdR) para a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul	Pagamento por Serviços Ambientais	Estudo sobre Macrófitas	Estudo do impacto de novas transposições de vazão no rio Paraíba do Sul	Estudo de ocupação irregular das faixas marginais dos corpos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul	Curso de Capacitação – Reúso e sistemas alternativos de abastecimento de água para a indústria	Programa de Educação Ambiental e elaboração de Caderno Técnico de Apoio	Estudos de Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Paraíba do Sul	Estudos para revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água
VALOR	R\$ 1.936.631,17	R\$ 24.785,80	R\$ 1.800.000,00 3 anos (R\$ 600.000,00 por Estado)	R\$ 238.000,00	R\$ 645.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 94.422,18	R\$ 1.500.000,00	R\$ 3.300.000,00	R\$ 454.535,86
SITUAÇÃO	Em execução	Concluído	Situação por Estado RJ: Elaboração de edital para contratação da atividade SP: Finalizando o TDR MG: Em fase de definição do Projeto-Piloto	Em andamento	Contratado	Contratado	Em andamento	-	Em andamento	Concluído
EMPRESA	Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda.	Continental Assessoria Consultoria e Projetos	-	Tecnogeo Informática	PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.	COHIDRO Consultoria, Estudos e Projetos Ltda.	EKOTERRA – Bioterra Consultoria Ambiental Ltda.	-	Holos Engenharia	Gama Engenharia
PRAZO	2 anos	Cumprido	3 anos	7 meses	9 meses	8 meses	3 meses	5 anos	15 meses	5 anos

CEIVAP promove gestão participativa

**TDR do novo Plano de Bacia
foi apresentado e debatido
em todos os Comitês Afluentes**

Em 24 de agosto a diretoria do CEIVAP reuniu-se, pela primeira vez, para discutir o assunto com representantes dos Comitês Afluentes e do CBH-Guandu. O encontro aconteceu na sede da Light, no Rio de Janeiro (RJ)

No final do ano passado o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) decidiu incluir no orçamento de 2011 a revisão e o aperfeiçoamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PRH), documento que deve ser elaborado ou atualizado a cada quatro anos. O último estudo – resumo atualizado do Plano de Bacia período 2001/2002 – havia sido feito em 2007, portanto, necessitava de atualização.

O PRH é o principal instrumento de planejamento para a gestão integrada dos recursos hídricos. Tem como propósito o levantamento e a avaliação das restrições e das potencialidades dos recursos hídricos, associadas às demandas atuais e futuras dos diversos usos e usuários. Também propõe um conjunto de ações e metas de curto, médio e longo prazo visando à conservação, proteção e recuperação das águas, em quantidade e qualidade, atendendo a toda a população atual e futura, procurando resolver ou minimizar conflitos de uso.

Para desenvolver o Termo de Referência de orientação das atividades a serem executadas para a revisão e o aperfeiçoamento dos documentos relativos ao Plano de Recursos Hídricos (TDR), a Agência de Bacia (AGEVAP) contratou, por meio de ato convocatório, a empresa Continental. A partir daí teve início uma série de reuniões de trabalho e duas rodadas de apresentações do TDR aos sete Comitês de Bacias Afluentes e Comitê Guandu, este último devido ao fato de a bacia do rio Paraíba do Sul e a bacia do rio Guandu estarem interligadas através da transposição de águas ao Sistema Lajes/Guandu. No CEIVAP, a discussão sobre a elaboração do Termo de Referência tem estado na pauta da Câmara Técnica Consultiva (CTC), que faz o acompanhamento e contribuições ao trabalho.

Em 24 de agosto a diretoria do CEIVAP reuniu-se, pela primeira vez, para discutir o assunto com representantes dos Comitês Afluen-

tes e do CBH-Guandu. O encontro aconteceu na sede da Light, no Rio de Janeiro (RJ), e também contou com a participação de integrantes da AGEVAP e dos órgãos gestores de recursos hídricos dos três Estados da bacia (SP, RJ, MG). Na ocasião, Edson Giriboni, Presidente do CEIVAP e Secretário Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, destacou que o momento era de integração de todas as regiões hidrográficas da bacia. “Como o próprio nome sugere, estamos num Comitê de Integração. Por isso, nada mais justo que todos possam participar da revisão deste Plano da Bacia”, afirmou. Durante a reunião, os representantes dos colegiados puderam opinar sobre o documento e sugerir contribuições.

Em continuidade ao processo de elaboração do TDR, aconteceu no dia 30 de agosto, em Itatiaia (RJ), uma oficina para capacitação dos técnicos da AGEVAP e de representantes dos órgãos gestores dos Estados sobre a construção e implementação do Plano de Recursos Hídricos, ministrada por uma equipe da Agência Nacional de Águas (ANA). Um calendário foi então agendado para a realização da segunda rodada de reuniões de apresentação do TDR nos Comitês de Bacias.

Os eventos ocorreram no mês de setembro e cerca de 200 pessoas participaram das reuniões nas seguintes localidades: Pinheiral (RJ) – CBH-Médio Paraíba do Sul, no dia 1º de setembro; Taubaté (SP) – CBH-PS, no dia 2 de setembro; Petrópolis (RJ) – CBH-Piabanha, no dia 12 de setembro; Nova Friburgo (RJ) – CBH-Rio Dois Rios, no dia 13 de setembro; Seropédica (RJ) – CBH-Guandu, no dia 14 de setembro; Juiz de Fora (MG) – CBH-Preto e Paraibuna, no dia 19 de setembro; Muriaé (MG) – CBH-Pomba e Muriaé, no dia 20 de setembro; e Campos dos Goytacazes (RJ) – CBH-Baixo Paraíba do Sul, no dia 21 de setembro. As apresentações foram feitas por Ney Maranhão, Superintendente de Recursos Hídricos, e Roberto Carneiro, Especialista em Recursos Hídricos da ANA.



O Termo de Referência de orientação das atividades a serem executadas para a revisão e o aperfeiçoamento dos documentos relativos ao PRH inclui sete Cadernos de Ações, um para cada bacia afluente. Os documentos a serem produzidos deverão reunir as informações básicas que subsidiem o CEIVAP e os Comitês Afluentes na aplicação de recursos, devendo, basicamente, atender aos seguintes pontos: atualização de temas existentes; complementação e inclusão de temas específicos; promoção da integração da bacia;

formatação atualizada do PRH e dos Cadernos de Ações, revisados e aperfeiçoados, em documentos dinâmicos e claros que, além de diagnosticar, indiquem as necessidades de investimentos específicos de cada região – resultado esse que subsidiará o Plano de Investimentos da bacia como um todo e das bacias afluentes.

Os documentos, assim estruturados, serão denominados, respectivamente, de Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PIRH) e Planos de

Ação de Recursos Hídricos (PARHs) das bacias afluentes ao rio Paraíba do Sul, excetuando-se a bacia do rio Pirai, que deverá ser incluída em futura ampliação/revisão do Plano Estratégico de Recursos Hídricos das bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim.

Para falar sobre as apresentações do TDR nos Comitês, a Revista do CEIVAP conversou com Roberto Carneiro (ANA).

Quais são as etapas da construção do Plano de Bacia? No

Em continuidade ao processo de elaboração do TDR, aconteceu no dia 30 de agosto, em Itatiaia (RJ), uma oficina para capacitação dos técnicos da AGEVAP e de representantes dos órgãos gestores dos Estados, ministrada por uma equipe da ANA – coordenada pelo Superintendente de Recursos Hídricos, Ney Maranhão

caso da Bacia do Rio Paraíba do Sul tivemos uma etapa de mobilização inicial, com a participação dos comitês. Depois as fases clássicas,

que são o diagnóstico, prognóstico e a proposição. No Paraíba do Sul temos ainda uma etapa final de enquadramento e a entrega dos produtos.

O CEIVAP reuniu-se com os Comitês Afluentes para apresentar o TDR do Plano de Bacia. Essa metodologia é nova? A metodologia da participação dos Comitês Afluentes foi usada recentemente na bacia do rio Doce, com muito sucesso, alavancando o processo de gestão naquela bacia. Também temos hoje o processo de elaboração do Plano da bacia do Paranaíba, que usa a lógica dos rios federais – que, por sua extensão, não tem um plano que consiga resolver todos os conflitos. Usando essa metodologia com os Comitês Afluentes conseguimos construir um pacto para a integração.

Qual a metodologia e a programação utilizadas na bacia do Paraíba do Sul? A programação que foi incluída na discussão do TDR envolve a participação dos CBHs na construção do processo de revisão do Plano e a apresentação da ideia dos produtos finais, que são o PIRH e os PARHs, estes últimos sendo os recortes, as diretrizes para cada bacia afluente.

Cada comitê possui suas demandas e suas características. Como fazer para integrá-las? Não temos como esperar que o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul consiga prever todos estes pontos. Por isso, justamente, foi elaborada a estratégia de criar estes dois modelos, com um plano integrado, que consegue enxergar algumas dessas demandas consideradas mais importantes. Já as demandas mais localizadas ficam registradas nos Planos de Ação de cada bacia afluente. Esses Planos de Ação são um avanço, mais ou menos no contexto dos antigos Cadernos de Ação, só que agora com planos de investimentos mais elaborados.

Qual a relevância de se estar buscando contribuições dos colegiados? E que tipo de contribuição

é esperada dos Comitês Afluentes? Aí é a matemática da facilidade versus a efetividade. Antes os Planos se desenvolviam mais rapidamente, com mais facilidade, pois havia menos envolvimento nesta decisão, mas não alcançavam a efetividade e os anseios da sociedade. O processo atual é muito mais trabalhoso, requer muito mais articulação e envolvimento, porém vai apresentar um produto que gera uma maior implementação. Assim, toda contribuição no processo de construção do TDR é válida, é a experiência dos membros em suas áreas de atuação. Porém, o mais importante é o Comitê Afluente decidir como vai ser este processo de construção participativa dentro do CEIVAP, como Comitê de Integração. Se vai ser participando do processo como um todo, no Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI) ou nos encontros ampliados nos Comitês.

Quais serão os avanços que o novo Plano trará para o CEIVAP e para os Comitês Afluentes? E os principais desafios? Para o CEIVAP, confirmar sua posição como um Comitê de Integração. Já os Comitês Estaduais serão fortalecidos e o sistema que perpassam estes Comitês e toda a gestão deverão ser tratados no CEIVAP com o devido cuidado para que eles sejam discutidos de uma maneira mais adequada. Quanto aos desafios, são dois: o planejamento e a implementação. O exercício do planejamento é muito rico, mas tem complicações para seu desenvolvimento. O CEIVAP, os Comitês Afluentes e a AGEVAP, como Agência de Bacia, têm de se preocupar para que este processo não esfrie. Depois que o Plano for aprovado, ele tem de servir realmente como base de diretrizes do Comitê.

Como um Plano pode ser bem-sucedido? A chave é ter uma boa equipe técnica, que possa colocar as coisas de maneira bem abrangente, de forma lógica e com uma construção metodológica factível. Além disso, que consiga traduzir de uma forma clara e traga compreensão para todos os setores do Comitê.

FOTOS: GIOVANI ROSSINI/TEXTORTE



Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (CBH-Médio Paraíba do Sul)

Josemar da Ressureição Coimbra
Presidente e Representante do Centro Universitário Geraldo di Biase

“Os Planos de Ação têm de refletir a realidade atual. Estão sendo construídas várias Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Rio Preto e o Comitê não foi consultado e nem o CEIVAP. Elas estão sendo construídas, com autorização do IBAMA e da ANEEL, e estão causando diversos impactos. É importante que nós façamos estes Planos para evitar este tipo de ação; um plano efetivo, que reflita os anseios da população no que diz respeito aos recursos hídricos. Também propusemos fazer um Plano de Ação para a bacia do rio Piraí, que é uma das mais afetadas. Legalmente falando, em nível federal, o rio Piraí pertence à bacia do Rio Paraíba do Sul, só que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/RJ) reconhece esta área como sendo da bacia do rio Guandu. Ou seja, são uma série de contradições que precisam ser revistas, para um planejamento integrado, entre o CEIVAP, o CBH-Médio Paraíba do Sul e o CBH-Guandu”.

Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)

Luiz Roberto Barretti
Presidente e representante da ABES/SP

“Temos uma grande questão que é o saneamento. A SABESP opera em 24 municípios e tem feito investimentos volumosos na região, mas a empresa tem de investir ainda mais para universalizar o tratamento de esgoto, que é a grande demanda urbana. Além disso, existem problemas na conservação da calha do rio Paraíba, enchentes e assoreamentos. São questões que não são fáceis de resolver, pois no contexto dependem do manejo das barragens de cabeceiras, que controlam as vazões e obras complementares. Outro problema que está acontecendo é a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). É um fato que está ferindo os olhos de quem vê, porque o rio está quase chegando no asfalto da Rodovia Dutra. Sabemos que tem um inventário para outras instalações de PCHs, mas não o conhecemos. Acredito que o impacto disso, provavelmente, vai ser negativo, considerando o fim das corredeiras que melhoraram a oxigenação da água e o fato de estar se formando um grande lago que afetará a vida aquática”.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto (CBH-Piabanha)

José Carlos Lemgruber Porto
Presidente e representante da CEDAE

“Esta reunião é a evolução de um trabalho que o Comitê vem fazendo há um bom tempo, que é discutir o TDR e o nosso Plano de Bacia. Já discutimos o plano vigente e agora estamos tendo a oportunidade de debater sobre o TDR. Isto é um grande avanço que a AGEVAP traz para o Comitê de Bacia, para que possamos dizer o que queremos no produto final. Ou seja, qual o plano de bacia que queremos. Isto é fantástico! Fizemos várias reuniões com a AGEVAP, com a empresa Continental, com a Agência Nacional de Águas, com a Câmara Técnica do Comitê para discutir as informações que possam contribuir para o Plano de Bacia”.

Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Rio Dois Rios (CBH-Rio Dois Rios)

Jaime Teixeira Azulay
Presidente e representante da CEDAE

“Esse trabalho integrado é excelente, pois podemos colocar todas as nossas ansiedades, nossas angústias, daquilo que a gente vê no dia-a-dia, do que é necessário e o que não se pode fazer. Com a revisão, o Comitê pode externar suas preocupações e atualizar este novo Plano da Bacia”.

Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (CBH-Guandu)

Décio Tubbs
Diretor-Geral

“Neste processo de revisão do Plano de Bacia do CEIVAP, temos um papel mais de observador. Nós temos uma dependência hídrica, isso é notório. E a participação do Comitê Guandu é de manter as regras da transposição bem claras. E dentro do Plano ter um espaço para melhorar a integração do Comitê Guandu com o CEIVAP. Basicamente, nosso papel é contribuir no que for preciso, principalmente porque existe uma área de sombreamento. Existe uma parte do rio Pirai que nos interessa e é para nós importante. Temos avançado em algumas soluções para essa região”.

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (CBH-Preto e Paraibuna)

Paulo Valverde
Presidente e representante da CESAMA

“A dinâmica proposta para esta próxima revisão do Plano de Bacia, contando com a participação dos Comitês Afluentes, vai proporcionar a consolidação coletiva de um plano de ações e investimentos que será difundido e implementado pelos próprios Comitês. Assim, alcançaremos maior publicidade e compromisso. Temos de ficar atentos à legislação estadual quanto ao conteúdo mínimo recomendado a um Plano de Bacia. Não pretendemos nos limitar ao mínimo, mas também não podemos deixar de atender a todas as temáticas previstas para elaboração de um Plano de Bacia em Minas Gerais. Além de um diagnóstico consistente da bacia dos rios Preto e Paraibuna, entendo que a contextualização na bacia do Paraíba do Sul nos proporcionará condições de estabelecer para o futuro programas e ações que nos garantam sustentabilidade hídrica, em condições de atender a todos os usos”.



FOTOS: GIOVANI ROSSINI/TEXTOARTE



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé (COMPE)

José Braz
Presidente e Prefeito de Muriaé

“A posição do Comitê do Pomba e Muriaé é querer ajudar na construção desse Plano, pois o assunto é muito importante. Quando se fala em água e esgoto a situação ainda é precária. O problema de esgoto é muito preocupante em Muriaé e em toda a região do interior de Minas Gerais. Também temos de ficar muito atentos hoje com relação à questão das cheias. Já tivemos este problema duas ou três vezes anteriormente, inclusive em função de barragens que romperam, que trazem muito prejuízo para a região”.

Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul (CBH-Baixo Paraíba do Sul)

Flávio Lemos de Souza
Diretor-Presidente e Secretário de Meio Ambiente de Itaperuna

“Com relação às demandas da região podemos citar: as ações mitigadoras de eventos críticos que envolvam recursos hídricos, que abrange tanto a região noroeste quanto a região norte-fluminense; a questão de utilização de recursos hídricos, com influência na foz; utilização da água pelo setor agropecuário; enchentes e inundações que assolam nossa região todo ano; e transposições, a montante da nossa bacia, que podem influenciar a disponibilidade de água”.

O PLANEJAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA

Dentre os vários planos existentes na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, por serem os mais recentes e, por isso, conterem informações pormenorizadas sobre a história do planejamento e do uso dos recursos hídricos, merecem destaque os abaixo relacionados:

- Projeto Paraíba do Sul (Cooperação Brasil-França) – 1991/1997;
- Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul (PQA-RJ) – 1997/1998;
- Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul (PQA-SP) – 1997/1999;
- Projeto Preparatório para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Paraíba do Sul (PPG – inclui o PQA-MG) – 1998/2000;
- Fortalecimento Institucional – Fase III / Sistema de Gestão da Bacia do Rio Paraíba do Sul (GPS) – 2000/2001; e
- Estudo para consolidar a implementação da gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (PGRH) – 2001/2002.

Cobrança da água

Aperfeiçoamento da metodologia está em pauta no CEIVAP

GIOVANI ROSSINI/TEXTOPARTE

Um dos assuntos que está em pauta na Câmara Técnica Consultiva (CTC) do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) é o aperfeiçoamento da metodologia da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul. A cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal foi aprovada em 2001 e implantada em 2003. Desde então, nesses dez anos, diversas Deliberações (DN) normatizaram os procedimentos que regem essa atividade. A cobrança aplica-se à captação, ao consumo e ao lançamento das águas utilizadas, de acordo com os usos declarados e consolidados e os mecanismos previstos nas deliberações do Comitê.

Os Preços Públicos Unitários (PPU's) aprovados pelo CEIVAP para o período de 1º de março de 2003 a 31 de dezembro de 2006 eram de R\$ 0,02 (m³) para Saneamento e Indústria; R\$ 0,0005 (m³) para Agropecuária; R\$ 0,0004 (m³) para Aquicultura; e R\$ 0,02 (m³) para Mineração de Areia. Em setembro de 2006, o Comitê aprovou novos mecanismos e valores de cobrança, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de

2007. A DN nº 65 estabeleceu os mecanismos e propôs os valores para a cobrança pelo uso da água, a partir de 2007. Com a nova deliberação, os PPU's passaram a ser de R\$ 0,01 (m³) para Captação de Água Bruta; R\$ 0,02 (m³) para Consumo de Água Bruta; e R\$ 0,07 para Lançamento de Carga Orgânica - DBO (5,20 kg). Na época, os valores obedeceram a uma progressividade sendo cobrados 88% em 2007, 94% em 2008 e em 2009 o valor integral.

A DN nº 65/2006 também previa em seu artigo 3º, inciso 1º, que a Agência de Bacia (AGEVAP) deveria apresentar ao CEIVAP a cada três anos, a partir de 30 de junho de 2006, uma avaliação da implementação da cobrança visando, quando coubesse, aos ajustes, revisões ou complementações dos mecanismos e valores. Já o artigo 10º completava que enquanto não fossem estabelecidos mecanismos ou propostos novos valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, a partir de 1º de janeiro de 2010, os PPU's definidos na deliberação seriam corrigidos anualmente pela variação de índice a ser definido em deliberação posterior.

Com o objetivo de atender à DN nº 65/2006, a AGEVAP contratou em

A Câmara Técnica Consultiva criou recentemente o Grupo de Trabalho Índice de Correção dos PPU's (GT) para discutir o assunto

2009 a empresa Gama Engenharia de Recursos Hídricos, que desenvolveu estudos sobre os instrumentos de análise para subsidiar a elaboração da nova metodologia. O trabalho foi apresentado à Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP, no mês de abril. "Considerando que os estudos apresentados pela Gama Engenharia são preliminares, já se previa a necessidade de continuação do trabalho", observa Zeila Piotto, Coordenadora da CTC. Segundo ela, no entendimento da Câmara Técnica cabe complementação no estudo para determinação de metodologia de cobrança para o setor de mineração e proposta de índice de boas práticas para os diferentes setores usuários, entre outras. "A CTC recomenda que seja feita a contratação de comple-

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL Arrecadação por Estado – Exercício de 2011

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS/SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS/GERÊNCIA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ATUALIZADO EM 29/11/2011

ESTIMATIVA DE ARRECAÇÃO*	MINAS GERAIS (R\$)	RIO DE JANEIRO (R\$)	SÃO PAULO (R\$)	TOTAL (R\$)
Estimativa de Arrecadação - Valor Nominal do Boleto	1.206.452,87	8.152.029,66	3.012.862,02	12.371.344,55

ARRECAÇÃO EFETIVA	MINAS GERAIS (R\$)	RIO DE JANEIRO (R\$)	SÃO PAULO (R\$)	TOTAL (R\$)
Receita Nominal	909.923,28	19.699.684,90	2.304.305,71	22.913.913,89
Pagamento de Juros e Multa	2.366,31	78.129,53	1.520,66	82.016,50
Pagamento de Exercícios Anteriores	464,60	54.448,04	7.862,65	62.775,29
Parcelamento de Débitos	64.856,50	901.088,41	91.255,34	1.057.200,25
Outras Deduções/Compensações/Restituições	131,16	-	-	131,16
Total Pago no Exercício (R\$)	977.741,85	20.733.350,88	2.404.944,36	24.116.037,09

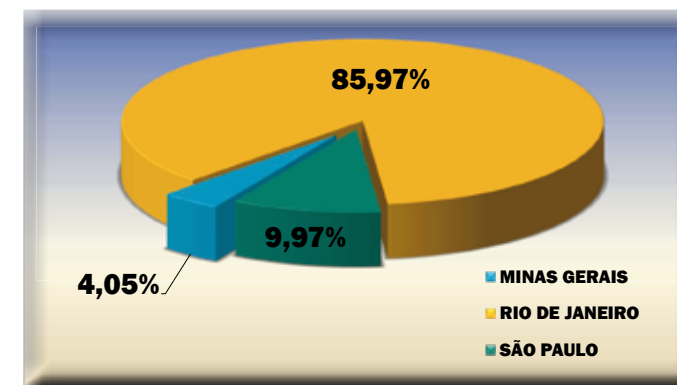
* Obs.: refere-se apenas aos meses de janeiro a março

mentação dos estudos da cobrança e que o Termo de Referência seja elaborado por seus integrantes", afirma.

A Coordenadora também ressaltou que há necessidade de uma avaliação sobre a implementação da cobrança e que isso poderia ser feito por meio de um relatório de situação. "Outra demanda clara é o efetivo acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança por intermédio da elaboração e divulgação de relatórios semestrais, descrevendo como está a situação dos projetos contratados a partir das deliberações da Plenária do CEIVAP", conclui.

Na reunião da Câmara Técnica, ocorrida nos dias 8 e 9 de novembro, ficou decidido a formação do Grupo de Trabalho Índice de Correção dos PPU's (GT) para discutir o assunto, iniciativa que em nada deve afetar os estudos que estão em curso para o aperfeiçoamento da metodologia de cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul. O GT foi formado com a participação de usuários para avaliar o impacto dessa correção. Integram a equipe: Luiz Roberto Barretti (ABES/SP); Maria Judith Marcondes Salgado Schmidt (SMA/SP); Ana Maria de Gouvêa (FCR/SP); Danilo Henrique Vergílio (FIBRIA/SP); Maria Aparecida Vargas (Energisa Soluções S.A./MG); David Oliveira (FIEMG/MG); Moema Acselrad Versiani (INEA/RJ); Waldomiro Barbosa de Andrade (Instituto Ipanema/RJ); Giordano Bruno Bontempo de Carvalho (ANA); e Rodrigo Flecha Ferreira Alves (ANA).

O Coordenador do Grupo, Luiz Barretti, disse que as Deliberações



nºs 65/2006, 133/2010 e 154/2011 vêm sendo criteriosamente analisadas (as duas últimas estabeleceram novos prazos para a apresentação dos estudos para o aperfeiçoamento da cobrança, já previstos na DN 65). Segundo ele, no entender da CTC, os aumentos dos PPU's devem estar atrelados à efetiva aplicação dos recursos arrecadados. "Também ficou decidido que a correção anual dos preços deve passar a ser praticada, no próximo ano fiscal, em cumprimento ao que está disposto no Artigo 10 da Deliberação nº 65/2006 do CEIVAP", diz Barretti. O mecanismo de correção anual dos PPU's deverá ser definido por deliberação da plenária do CEIVAP.

BALANÇO DA COBRANÇA

De acordo com o Balanço da Arrecadação, atualizado em 29/11/2011, a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul arrecadou cerca de R\$ 24 milhões com a cobrança pelo uso da água de domínio federal (veja quadro). Esse valor é o resultado da soma da receita nominal, pagamento de juros e mul-

ta, pagamento de exercícios anteriores, parcelamento de débitos e outras deduções/compensações/restituições. Na arrecadação por Estado temos os seguintes valores: R\$ 977.741,85 em Minas Gerais; R\$

20.733.350,88 no Rio de Janeiro; e R\$ 2.404.944,36 em São Paulo.

A cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul iniciou-se em março de 2003 e compete à Agência Nacional de Águas (ANA) operacionalizar o serviço e repassar os recursos arrecadados integralmente à Agência de Bacia (AGEVAP). Entre 2004 (ano do início dos repasses) e 2010 a ANA repassou um total de R\$ 67,8 milhões (somando-se repasse de R\$ 57.184.276,72 e rendimento de R\$ 10.652.485,78). Nesse período, foram aplicados R\$ 21,8 milhões (valores desembolsados) e comprometidos R\$ 45,9 milhões (projetos contratados e valores a contratar/hierarquizar).

De 2003 a 2011, já foram aprovados um total de 146 propostas que visam à recuperação da bacia hidrográfica. O levantamento nesse período mostra que foram concluídas 17 ações de Gestão; 9 ações de Planejamento; 15 ações Estruturais. Atualmente, estão em execução 8 ações de Planejamento e 4 ações Estruturais. Já as hierarquizadas somam 93 propostas, sendo: 3 Estruturais com Mecanismo Diferenciado; 20 Estruturais e 70 Estruturantes (Planejamento).

ANDRÉ LUIS DE PAULA MARQUES | Assessor de Planejamento Estratégico
Prefeitura Municipal de Guaratinguetá

A atuação das empresas privadas na concessão de águas e esgotos

O município de Guaratinguetá tem uma população de 113 mil habitantes e localiza-se no Estado de São Paulo, na região conhecida como Vale do Paraíba. Situado entre a serra da Mantiqueira ao norte e as serras Quebra Cangalha e do Mar ao sul, tem como coordenadas geográficas a latitude sul de 22°48'45" e longitude oeste de 45°11'34".

O município faz divisa, ao norte, com Campos do Jordão, Piquete, Delfim Moreira e Itajubá (no Estado de Minas Gerais); ao sul com Cunha, Lagoinha, Aparecida e Potim; a oeste com Lorena; e a leste com Pindamonhangaba.

Até 1970, os serviços relacionados a saneamento básico, realizados no município de Guaratinguetá, eram de responsabilidade do Departamento de Obras, apensado à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Guaratinguetá.

No início da década de 70, com a criação do Plano Nacional de Saneamento Ambiental – PLANASA, foram criadas as companhias estaduais e os municípios que não aderiram às companhias fundaram seus serviços de saneamento, com a forma jurídica que mais lhes convinha naquele momento histórico.

Neste município foi criado o Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Guaratinguetá – SAAEG; uma Autarquia Municipal, com personalidade jurídica própria dispondo de autonomia econômica, financeira e administrativa de acordo com a Lei Municipal nº 1.213, de 26 de fevereiro de 1971. A autarquia, desde então, foi responsável pelos sis-

temas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município.

Com a Lei Municipal nº 3.882, de 31 de outubro de 2005, o Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Guaratinguetá – SAAEG passou a denominar-se Serviço Autônomo de Águas, Esgotos e Resíduos de Guaratinguetá – SAAEG e ser responsável, também, pelo manejo de resíduos sólidos no município.

Em 2007, com a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e determina a criação de uma entidade reguladora, CAPÍTULO V – DA REGULAÇÃO, através da Lei Municipal nº 3.933, de 18 de junho de 2007, o Serviço Autônomo de Águas, Esgotos e Resíduos de Guaratinguetá – SAAEG passou a denominar-se Agência Reguladora e Fiscalizadora do Serviço de Água, Esgotos e Resíduos de Guaratinguetá – ARSAEG, autarquia de regime especial, vinculada diretamente ao gabinete do prefeito.

Compete à ARSAEG, respeitadas as competências dos outros entes federativos, o exercício do poder regulatório e fiscalizatório dos serviços públicos de saneamento básico no município.

De acordo com a Lei Municipal nº 3.933, de 18 de junho de 2007, também foi criado o Serviço de Água, Esgotos e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, classificado como sociedade de economia mista por ações de capital fechado, com sede e foro no município de Guaratinguetá, sendo responsável, a partir da data acima, pelos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos no município.

A Lei Municipal nº 3.976, de 6 de novembro de 2007, alterou o nome do Serviço de Água, Esgotos e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, Sociedade de Economia Mista, de que trata o art. 42 da Lei nº 3.933, de 18 de junho de 2007, para Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG.

A companhia tem por objetivos: elaboração de estudos e projetos, assim como a operação, manutenção, conservação e exploração, direta ou indiretamente, dos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde.

Em 2005, o cenário do saneamento no município era:

Água

- 100% da população atendida.
- 100% das ligações hidrometradas.

Esgoto

- 85% do esgoto coletado.
- 12% do esgoto tratado.
- Condenação judicial para tratar o esgoto em 20 anos.

Lixo

- 100% do lixo coletado.
- Destinado para o lixão a céu aberto.
- Catadores vivendo no lixão.

Apesar dos seus 375 anos de idade, o município na área de esgoto e lixo apresentava condições precárias. Desta forma, foram definidas ações estratégicas nestas áreas para as soluções

dos problemas. Iremos relatar neste artigo a solução encontrada na área específica de esgoto.

Em 2005 foram iniciados, fortemente, os trabalhos na área de esgotamento sanitário, tendo o município conseguido recursos federais, estaduais e municipais, atingindo em 2007 o indicador de 29% de esgoto tratado.

Em 2007 a companhia elaborou o Plano de Saneamento Básico de Esgotamento Sanitário do município de Guaratinguetá e o Plano de Investimentos de acordo com a Lei Federal nº 11.445, de 5/1/2007. Ambos aprovados em Consulta e Audiência Pública.

O Plano de Saneamento Básico de Esgotamento Sanitário mostrou uma necessidade de investimentos no município de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), para a universalização dos serviços. Valores estes muito acima da capacidade de investimentos do município.

Em 2008, através do planejamento estratégico do município e focado na busca da universalização do esgotamento sanitário foi feita a Concorrência Pública nº 001/08 para a CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, visando à prestação do serviço público de operação e atividades de apoio, acompanhada das obras de complementação, adequação e modernização do sistema de esgotamento sanitário do município de Guaratinguetá.

A empresa vencedora desta licitação foi a CAB Ambiental que iniciou, em junho de 2008, a operação do sistema de esgotamento sanitário do município de Guaratinguetá, em São Paulo. O compromisso da CAB é ampliar o serviço de coleta para 100% da população, até 2020, e o de tratamento até 2024, que tem vigência de 30 anos. Os investimentos previstos são de R\$ 65 milhões.

Para atingir essa meta, está prevista a construção de três estações de tratamento de esgoto e adequação das já existentes, construção de novas redes coletoras, de interceptores e de estações elevatórias de esgotos, além da substituição de redes antigas e deterioradas.

O modelo de contrato firmado entre a CAB e a Companhia de Serviços de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá (SAEG) é o da Parceria Público-Privada (PPP) Administrativa, na qual o poder público arca com a totalidade dos pagamentos. Trata-se de uma espécie de subcontratação, na qual a empresa privada faz a obra e presta os serviços.

É o terceiro contrato de PPP firmado entre empresas e municípios no país. A PPP foi instituída pela Lei nº 11.079/2004, que estabeleceu normas para a parceria público-privada no âmbito na União, Estados e municípios, e que permite transferir a uma empresa privada a atribuição de realizar projetos de interesse público, inclusive de saneamento.

No modelo de PPP, a empresa se responsabiliza pela obra e é remunerada por contraprestação em pagamentos mensais fixos – relativos aos investimentos – e variáveis, relacionados aos custos de manutenção, por exemplo. O contrato prevê garantias para dar segurança ao investidor. No caso de Guaratinguetá, a garantia são os recebíveis da SAEG.

Comparado com o modelo de concessão de serviços – em que o concessionário recebe do usuário por meio do pagamento de tarifas – as PPP são mais complexas. Do ponto de vista do poder público, a “complexidade” está na exigência de fiscalização e de regulação. Na perspectiva da empresa, a dificuldade está na modalidade do serviço. Até agora, os contratos em curso dizem respeito ao serviço de esgoto, o que faz sentido: apenas 47% da população urbana brasileira tem acesso à rede coletora e apenas metade desse percentual conta com serviço de tratamento, tratando-se, portanto, do setor mais carente de investimentos no país.

Trata-se de uma modalidade nova de contrato que, além do poder concedente, prevê a intervenção de outros agentes de fiscalização que na relação entre setor público e privado estão acostumados com as regras da Lei nº 8.666, de licitação, e acabam analisando os contratos como se fossem de obra.

A PPP administrativa assinada entre a SAEG e a CAB Guaratinguetá segue integrando bairros inteiros ao sistema de esgotamento e conscientizando a população para colaborar com a manutenção da rede de coleta e com a preservação do bem mais precioso à vida; a água.

A CAB, à frente do sistema de esgotamento sanitário de Guaratinguetá, chega a seu terceiro ano contabilizando R\$ 9,5 milhões já investidos na ampliação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, garantindo o desenvolvimento sustentável da cidade.

Ao longo deste período, a CAB Guaratinguetá realizou diversas obras que expandiram e otimizaram, sensivelmente, o serviço de coleta. Entre estas obras estão: a construção do coletor e interceptor de esgoto na Rodovia Aristeu Vieira Vilela; a construção do interceptor coletor tronco na Avenida Padroeira do Brasil; as substituições e extensões de rede em diversos pontos da cidade (Avenida João Pessoa, Engenheiro Neiva, Beira Rio, Jardim do Vale, Pedregulho, Vila Antunes) e as novas ligações na Vila Brasil e em outros bairros da cidade.

Dentre os benefícios que a PPP trouxe ao município, está a agilidade em todo processo de operação, manutenção e investimentos nos sistemas de coleta e tratamento de esgoto da cidade, o que beneficia de forma direta a população, com uma prestação de serviço ágil e eficaz.

Clima de parceria – Para integrar e estreitar o relacionamento entre as equipes da CAB Guaratinguetá e da SAEG, periodicamente são feitos alguns encontros entre ambos para nivelamento das informações; além disso, todas as ações de trabalho e investimentos da CAB são traçadas em parceria com a SAEG.

Sustentabilidade – A CAB Guaratinguetá implantou várias ações de sustentabilidade, visando informar a população sobre a importância dos cuidados com o meio ambiente e com os serviços de esgotamento sanitário, pois estes estão diretamente ligados à qualidade de vida da população, como: A campanha “Gordura não cabe no esgoto” e “Água de chuva não é esgoto”.



CELSONI FARIAS/PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ

CA tem novos conselheiros



GISELA SANCHES/TEXTOPARTE

Reunida no dia 20 de outubro no Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP), a Assembléia Geral da Agência de Bacia (AGEVAP) realizou a eleição de membro do Conselho de Administração (CA), cuja vaga encontrava-se em aberto devido à renúncia do conselheiro Sebastião Virgílio de Almeida Figueiredo (por motivos de saúde). Após a apuração do pleito, foi eleito para complementar a composição do CA Dirceu Miguel Brandão Falce, de Minas Gerais, que recebeu 24 dos 34 votos contabilizados, contra dez do candidato Renato Traballi Veneziani, de São Paulo. Assim, o CA agora está completo e tem a seguinte formação: Friedrich Wilhelm Herms (Presidente), Sueleide Silva Prado (Presidente-Substituto), Paulo Teodoro de Carvalho, Juarez de Magalhães e Dirceu Falce.

Processo de renovação do Conselho de Administração da AGEVAP vinha sendo realizado desde agosto, tendo sido concluído dia 20/10 com a eleição de novo conselheiro e sua posse em 24/11, durante a 4ª Reunião Ordinária

O processo eleitoral para a composição do novo Conselho de Administração vinha sendo desenvolvido desde o mês de agosto. No dia 16, durante a 2ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral, ocorreu a eleição dos novos membros do CA e a definição do tempo de mandato de cada um dos cinco conselheiros, seguindo as regras estipuladas no Estatuto Social (Artigo nº 28 – Parágrafo Único). Já a posse dos membros e escolha do novo presidente ocorreu no dia 3 de outubro, durante a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho de Admi-

nistração da AGEVAP – oportunidade em que foi iniciado um novo processo eleitoral para o preenchimento da vaga em aberto, encerrado no dia 20 de outubro. A posse do novo conselheiro eleito ocorreu finalmente no dia 24 de novembro, na 4ª Reunião Ordinária do CA.

ASSEMBLÉIA GERAL APROVA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2012

Durante a 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/10, a Assembléia Geral também referendou a Propos-

O novo Conselho de Administração da AGEVAP: Dirceu Falce (que tomou posse no dia 24/11), Paulo Teodoro, Sueleide Prado, Friedrich Herms (Presidente) e Juarez de Magalhães (da esquerda para a direita)

ta Orçamentária 2012 aprovada pelo Conselho de Administração. Com a recomendação de que a partir desta aprovação sejam feitas as suplementações ou complementações necessárias dos recursos não utilizados em 2011, o orçamento consolidado para 2012 prevê uma receita de R\$ 36 milhões. Os recursos são provenientes do Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e do Contrato com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

O principal objetivo da Proposta Orçamentária é dar uma visão ampla e transparente da previsão de recursos que devem ser transferidos à AGEVAP em 2012, assim como indicar onde serão aplicados: custeio da Agência (implantação e operação), ações prioritárias dos contratos de gestão, ações induzidas e espontâneas e acompanhamento dos programas, projetos e atividades (Agente Técnico e/ou AGEVAP). Como a maioria das aplicações é por determinação dos Comitês, tanto o CEIVAP como os demais colegiados ainda poderão deliberar modificando os valores utilizados para cada item.

Na ocasião, a Assembléia Geral aprovou ainda o calendário das Reuniões Ordinárias de 2012, que ficou assim definido:

- 1ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral – 10/2/2012. Principais pautas: aprovação da Prestação de Contas da AGEVAP de 2011; definição de Jeton para 2013; e possível inclusão do item Suplementação Orçamentária, por sugestão do Diretor-Executivo da AGEVAP, Edson Fujita.

- 2ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral – 25/10/2012. Principal pauta: aprovação da Proposta Orçamentária de 2013.

Auditorias promovem a transparência do processo de gestão

Com um orçamento anual de aproximadamente R\$ 20 milhões, a Agência de Bacia (AGEVAP) é atualmente o braço executivo de seis comitês: Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (CBH-Médio Paraíba do Sul), Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Rio Dois Rios (CBH-Rio Dois Rios), Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto (CBH-Piabanha), Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul (CBH-Baixo Paraíba do Sul) e Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (CBH-Guandu).

Para atender aos Comitês, a AGEVAP tem contratos de gestão com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) para

gerir recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia dos rios Paraíba do Sul (federal e estadual) e Guandu (estadual) e aplicá-los segundo os planos de investimentos. O primeiro contrato da AGEVAP foi firmado com a ANA, em 2004, para atuar como Secretaria-Executiva do CEIVAP e seu prazo de vigência vai até 2016. Em 2010, assinou com o INEA dois novos contratos de gestão para exercer as funções de Agência de Bacia dos quatro Comitês fluminenses afluentes do Rio Paraíba do Sul e do Comitê Guandu.

Os recursos repassados anualmente para a Agência de Bacia são rigidamente fiscalizados pelos órgãos gestores ANA e INEA e pelo Conselho Fiscal da AGEVAP. Além disso, existem as auditorias da ANA, do INEA, Auditoria Independente contratada pela AGEVAP, Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão (Ministério do Meio Ambiente, ANA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU). No mês de novembro, a AGEVAP realizou Ato Convocatório para contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria externa independente sobre as demonstrações contábeis relativas a todos os Contratos e Convênios da entidade.

Semestralmente, a ANA também realiza auditoria na AGEVAP com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto na legislação em vigor, principalmente as Leis nº 9.433/1997

Semestralmente, a ANA realiza auditoria na AGEVAP com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto na legislação em vigor. Edmar da Costa Barros, Auditor Interno da entidade, explica como funciona este processo



JÚLIA COSTA BARROS/DIVULGAÇÃO

e 10.881/2004, as Resoluções ANA nº 552/2011 (compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos pelas entidades delegatárias de funções de agência de água) e nº 306/2008 (seleção e recrutamento de pessoal), e as cláusulas previstas no Contrato de Gestão firmado entre a ANA e a AGEVAP, com a interveniência do CEIVAP. Para falar sobre esse trabalho a revista do CEIVAP conversou com o Auditor Interno da ANA, Edmar da Costa Barros.

O que são as auditorias interna e externa? A auditoria interna constitui-se de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento de processos, avaliação de procedimentos e proposição de ações preventivas e corretivas. Na ANA, a Auditoria Interna tem como atribuição a avaliação, de forma amostral, da gestão da Agência Nacional de Águas, aí incluída a execução dos convênios, contratos de repasse, contratos de gestão e outras avenças celebradas. A Unidade de Auditoria Interna da ANA está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria Geral da União (CGU) e dos órgãos setoriais de Controle Interno, e administrativamente está vinculada à Diretoria Colegiada. A Auditoria Externa ou Auditoria Independente tem por objetivo elaborar parecer sobre a adequação das contas e demonstrações financeiras/contábeis, como estas representam a posição patrimonial, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada, consoante às Normas Brasileiras de Contabilidade e legislação específica.

Por que a ANA realiza auditorias na AGEVAP e como funciona esse trabalho? A Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas, relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União. A ANA, em razão do contrato de gestão celebrado com a AGEVAP,

promove o repasse de recursos públicos federais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A Auditoria Interna da ANA, por ser um segmento do Controle Interno federal, verifica a aplicação dos recursos federais repassados em atividades compatíveis com o Plano de Aplicação da entidade delegatária; se a execução vem atendendo a todos os normativos legais; e se sua proposta orçamentária anual aprovada pelo Comitê de Bacia guarda conformidade com os percentuais estabelecidos. Todos os relatórios são remetidos à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU).

Desde quando são realizadas essas auditorias? E em outras Agências de Águas, este processo também ocorre? Desde a celebração do Contrato de Gestão nº 014/ANA/2004, a Auditoria Interna da ANA vem realizando seu trabalho de auditoria junto à AGEVAP. O mesmo procedimento tem sido aplicado nas demais entidades com as quais a ANA mantém contrato de gestão.

Qual tem sido o resultado das auditorias na AGEVAP nesses anos? Ao final dos trabalhos nas delegatárias, são realizadas reuniões para discussão dos achados de auditoria; essas constatações e respectivas recomendações são repassadas em relatórios às agências que, após análise, apresentam suas justificativas e, se for o caso, promovem as correções necessárias nos procedimentos, mediante comunicação à Auditoria Interna. Não apenas na AGEVAP, mas em todas as agências delegatárias, o processo de auditoria, a cada trabalho realizado, tem mostrado o aprimoramento dos serviços com reflexos positivos na gestão dos recursos.

Em que esta avaliação colabora para o fortalecimento do processo de gestão da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul? Colabora para o fortalecimento do processo de gestão da bacia hidrográfica na medida em que fiscaliza, preventivamente, a aplicação dos recursos com aderência aos normativos e à legislação pertinentes.

Educação Ambiental na bacia do Paraíba

CEIVAP apoiou a divulgação da conservação do Domínio das Ilhas Fluviais



Aprendendo a preservar o Domínio das Ilhas Fluviais do Curso Médio Inferior Rio Paraíba do Sul” é o nome do projeto de Educação Ambiental, desenvolvido nos anos de 2006 e 2007, com recursos da cobrança pelo uso da água e aprovado pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP). A proposta de gestão foi apresentada em dezembro de 2005 pela Associação de Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul (APARPS), entidade sem fins lucrativos, com sede em Itaocara (RJ).

A APARPS é responsável, há 13 anos, pelo Projeto Piabanha, que tem como objetivo a criação de alevinos, manutenção de reprodutores e peixes para estudos biológicos, cultivos experimentais e repovoamento do rio Paraíba do Sul e de seu afluente, o rio Pomba. “Munido do maior plantel de reprodutores de espécies de peixes da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, o projeto tem ampliado o conhecimento da biologia reprodutiva e o estoque dos peixes fundadores (reprodutores selvagens) e obteve o domínio da tecnologia de reprodução artificial, larvicultura e alevinagem das espécies nativas que apresentam populações reduzidas”, explica o biólogo Guilherme de Souza, coordenador do Projeto Piabanha.

A missão do Projeto Piabanha é trabalhar junto aos pescadores profissionais e comunidades ribeirinhas para recuperar a integridade ambiental e os peixes nativos em processo de extinção da bacia. Para atender a essa demanda, ficou estabelecido que todos os dados técnicos levantados pelos pesquisadores deveriam ser transmitidos para as escolas e comunidades ribeirinhas. Assim, a APARPS teve a ideia de criar uma peça teatral, de cunho preservacionista, cujo texto e encenação ficaram a cargo da Associação Itaocarense de Artistas.

Com o projeto na mão, a associação apresentou a proposta ao CEIVAP e conseguiu a aprovação e recursos financeiros no valor de R\$ 61.400,00. “Para executar o trabalho escolhemos cinco municípios localizados no Domínio das Ilhas Fluviais do Curso Médio Inferior Rio Paraíba do Sul: Itaocara, Aperibé, Cambuci,

São Fidélis e Santo Antônio de Pádua, onde aconteceram as encenações. A peça foi apresentada por cinco atores em escolas, associações de produtores rurais e pescadores e na Colônia dos Pescadores Z-21, de São Fidélis”, conta o coordenador. Ao todo, foram realizadas 40 apresentações gratuitas para um público de quase 5 mil pessoas, sendo 18 apresentações em Itaocara (2.209 espectadores), sete em Aperibé (981 espectadores), sete em Cambuci (819 espectadores), cinco em São Fidélis (573 espectadores) e três apresentações no município de Santo Antônio de Pádua (338 espectadores).

Atualmente, o objetivo da APARPS é conseguir captar novos recursos financeiros para dar prosseguimento às apresentações teatrais abordando outros temas, como introdução de espécies exóticas, acidentes ambientais e pesca predatória. “O apoio do CEIVAP foi fundamental para a democratização das informações sobre a importância da conservação do Domínio das Ilhas Fluviais”, afirma Souza. Segundo ele, em março de 2009, com o propósito de atender sugestões e demandas encaminhadas pelo Projeto Piabanha, de modo a assegurar a conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), com o apoio da Nature Conservancy, SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional, contratou um estudo para determinar qual seria a melhor categoria de Unidade de Conservação para ser adotado no Domínio das Ilhas Fluviais do Curso Médio Inferior Rio Paraíba do Sul.

Os critérios adotados para a proposição desta nova Unidade de Conservação observaram aspectos físicos, biológicos, culturais, socioeconômicos, fundiários e institucionais da área objeto deste estudo e seu entorno, conforme as bases legais e normativas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ao final do trabalho, a categoria sugerida foi a de Reserva de Fauna – área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. “Infelizmente, a criação da Unidade de Conservação no Domínio das Ilhas Fluviais do Paraíba do Sul ainda encontra-se parada no INEA”, lamenta.

O DOMÍNIO DAS ILHAS FLUVIAIS DO CURSO MÉDIO INFERIOR RIO PARAÍBA DO SUL

Em 2007 a Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul (APARPS), por meio do Projeto Piabanha, realizou um diagnóstico da cadeia produtiva pesqueira do município de Itaocara e seus impactos na fauna aquática do Domínio das Ilhas Fluviais do Curso Médio Inferior Rio Paraíba do Sul. O estudo foi patrocinado pelo Fundo de Participação de Ecossistemas Críticos e Aliança para Conservação da Mata Atlântica e traz um retrato da região.

O Domínio das Ilhas Fluviais está localizado no último trecho do Curso Médio Inferior do rio Paraíba do Sul, entre a cidade de São Sebastião do Paraíba e a foz do rio Dois Rios, abrangendo os municípios de Aperibé, Cambuci, Itaocara, Santo Antônio de Pádua e São Fidélis. A geografia física deste domínio é representada por um mosaico de mata ciliar relativamente conservada, pouco estudada e, segundo a associação, imprescindível a futuros programas de recomposição da vegetação e de preservação de espécies de peixes ameaçadas de extinção.

Devido à importância desta região, o Projeto Piabanha elaborou e executou o “Levantamento da Flora do Domínio das Ilhas Fluviais”, apoiado pela Associação Mico-Leão-Dourado e pelo Fundo de Participação de Ecossistemas Críticos. De acordo com o estudo, ao todo foram identificadas 186 espécies vegetais distribuídas em 153 gêneros e 64 famílias botânicas. Para a APARPS, esses números são expressivos quando se considera o escasso conhecimento disponível acerca da flora neste trecho. De acordo com levantamento realizado no herbário do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que reúne um acervo de mais de 100 anos de estudos, as coletas efetuadas nos municípios de Itaocara e Cambuci representam apenas 0,01% do total das coletas efetuadas no Estado do Rio de Janeiro e depositadas naquele herbário.

Ainda em relação aos resultados encontrados pelo levantamento da flora, foi possível observar um elevado número de espécies vegetais que fornecem recursos alimentares (flores, frutos e sementes) à fauna íctica

de uma forma geral, perfazendo 110 espécies, ou seja, 60% do total de espécies botânicas registradas para a região. A APARPS acredita que com essas informações pode-se dizer que o elevado aporte de materiais de origem vegetal proporciona uma grande oferta de alimentos, caracterizando a região como área de alimentação para os peixes e, assim, mantendo uma expressiva pesca artesanal que, ao longo dos anos, vem exercendo um enorme esforço de captura nos estoques de valor comercial.

O estudo constatou ainda que no arranjo ictiofaunístico inventariado nesse domínio, além de espécies remanescentes de hábitos localizados, existe uma parcela de espécies migratórias, dentre as quais podem ser citadas o dourado (*Salminus maxillus*), a curimatã (*Prochilodus lineatus*), os piaus (*Anastomidae*), alguns bagres (*Siluriformes*) e a piabanha (*Brycon insignis*). E que devido aos desmatamentos das matas ciliares, dentre outros fatores, alguns destes grupos de valor comercial desapareceram dos domínios situados no curso superior do rio Paraíba do Sul. Estes mesmos grupos também encontram-se em acelerado declínio no Domínio das Ilhas Fluviais. É o caso, considerado emblemático, da piabanha (*Brycon insignis*) que, embora seus estoques comecem a demonstrar sinais de recuperação com os programas de educação ambiental e repovoamento do Projeto Piabanha, ainda continua com o status oficial de “ameaçada de extinção”.

Outro dado apresentado pelo diagnóstico é que entre os motivos dos declínios populacionais de espécies de peixe na região destacam-se: os desmatamentos, os inúmeros barramentos hidrelétricos ao longo dos rios Paraíba do Sul e Pomba, a excessiva pesca predatória, além do “gigantesco acidente fluvial” causado pela Empresa Cataguazes de Papéis, em 2003, quando vazaram para o rio Pomba, aproximadamente, 1,2 bilhão de litros de efluentes industriais. A bacia do rio Paraíba do Sul conta com 169 espécies de peixes, sendo que 66 estão descritas para o Domínio das Ilhas Fluviais. No período do desastre, o Projeto Piabanha efetuou o levantamento preliminar dos peixes apresentados mortos, chegando a uma relação de 39 espécies seriamente atingidas.

Ao todo, foram realizadas 40 apresentações gratuitas para um público de quase 5 mil pessoas, sendo 18 apresentações em Itaocara, 7 em Aperibé, 7 em Cambuci, 5 em São Fidélis e 3 em Santo Antônio de Pádua



CONHEÇA O CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL



Fique por dentro sobre tudo o que acontece em gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul!

acesse:
www.ceivap.org.br

